



CONTRATO UVIBRA 05/2021

TERMO DE COLABORAÇÃO – FPE Nº 2238 / 2020

O DIMENSIONAMENTO ECONÔMICO, DIAGNÓSTICO  
ESTRUTURAL E ESPACIALIZAÇÃO DO COMPLEXO  
AGROINDUSTRIAL E DE SERVIÇOS DA UVA E DO VINHO NO RS

PRODUTO 2 – ESPACIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO  
VITIVINÍCOLA GAÚCHA



O DIMENSIONAMENTO ECONÔMICO, DIAGNÓSTICO  
ESTRUTURAL E ESPACIALIZAÇÃO DO COMPLEXO  
AGROINDUSTRIAL E DE SERVIÇOS DA UVA E DO VINHO NO RS

PRODUTO 2 – ESPACIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO VITIVINÍCOLA  
GAÚCHA:

Espraiamento e Desconcentração Geoeconômica do Complexo Agroindustrial e  
de Serviços da Uva e do Vinho no Rio Grande do Sul (CASUV-RS)

**Equipe Técnica:**

Allan Lemos Rocha

Carlos Aguedo Paiva

Claudionir Borges da Silva

Cristiano Schuch

José Miguel Pretto

Omar Franscisco Rösler

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO: SOBRE AS BASES INFORMACIONAIS E A METODOLOGIA DE ANÁLISE.....</b>	<b>5</b>
<b>2 O QUE AS DISTINTAS BASES DE DADOS NOS DIZEM SOBRE A VITICULTURA GAÚCHA? CONSTRUINDO UMA BASE UNIFICADA E CONFIÁVEL PARA ANÁLISE TERRITORIAL.....</b>	<b>9</b>
<b>3 O CASUV-RS NO TERRITÓRIO: IDENTIFICANDO E DIFERENCIANDO AS REGIÕES VITIVINÍCOLAS GAÚCHAS POR ESPECIALIZAÇÕES, PARTICULARIDADES E COMPETITIVIDADE .....</b>	<b>18</b>
3.1 UMA FOTOGRAFIA DO TERRITÓRIO DO RS E DE SUAS REGIÕES VITÍCOLAS .....	18
3.2 DINÂMICA E TENDÊNCIAS DAS DISTINTAS REGIÕES VITIVINÍCOLAS: UMA APROXIMAÇÃO COM BASE NO CADASTRO VITÍCOLA E NA PAM.....	26
<b>4 A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS DO CASUV-RS: ESTRUTURA ATUAL E TENDÊNCIAS MANIFESTAS.....</b>	<b>37</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>41</b>
<b>6 BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>45</b>

## ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 - QUANTIDADE PRODUZIDA (TONELADAS) DE NO ESTADO DO RS .....	10
QUADRO 2 - COMPARAÇÃO CADASTRO E PAM NO ANO DE 2015 .....	12
QUADRO 3 - COMPARAÇÃO DA QUANTIDADE PRODUZIDA E ÁREA NO CENSO AGROPECUÁRIO E PAM EM 2017 .....	15
QUADRO 4 - ANÁLISE COMPARATIVA DOS DADOS DA PAM-IBGE E DO CADASTRO VITÍCOLA DA EMPRABA ACERCA DA QUANTIDADE PRODUZIDA ANUAL NO RS, NA SERRA E NO RESTO DO RS .....	28
QUADRO 5 - EVOLUÇÃO DO VALOR BRUTO DE PRODUÇÃO E DO PREÇO DA UVA NO RS E NOS COREDES – PAM .....	30
QUADRO 6 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPREGADOS NA FABRICAÇÃO DE VINHO NO RS E COREDES (2006/19) .....	39
QUADRO 7 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VINÍCOLAS ENTRE 2006 E 2019 NO RS E NOS COREDES .....	40

## ÍNDICE DE MAPAS

MAPA 1 - TONELADAS DE UVA PRODUZIDAS POR CADA MUNICÍPIO DO RS EM 2015 DE ACORDO COM O CADASTRO VITÍCOLAS .....	19
MAPA 2 - TONELADAS DE UVA: PRODUÇÃO MUNICIPAL EM 2017 DE ACORDO COM O CENSO AGROPECUÁRIO - IBGE.....	19
MAPA 3 - TONELADAS DE UVA: PRODUÇÃO MUNICIPAL EM 2019 DE ACORDO COM A PESQUISA PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL - IBGE.....	20
MAPA 4 E 5 - 90% DO VBP EM 1995 E 2000.....	34
MAPA 6 E 7 - 90% DO VBP EM 2006 E 2010.....	34
MAPA 8 E 9 - 90% DO VBP EM 2014 E 2019.....	34
MAPA 10 E 11 - VINÍFERAS EM 1995 E 2015.....	36
MAPA 12 E 13 - AMERICANAS E HÍBRIDAS EM 1995 E 2015.....	36

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - COMPARAÇÃO DA EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE PRODUZIDA DE UVA NO RS DE ACORDO COM O CADASTRO VITÍCOLA E A PAM-IBGE ENTRE 1995 E 2015-2019 .....	27
---	----

## 1 Introdução: sobre as bases informacionais e a metodologia de análise

O principal objetivo deste segundo produto da Consultoria “**Dimensionamento Econômico, Diagnóstico Estrutural e Espacialização do Complexo Agroindustrial e de Serviços da Uva e do Vinho no Rio Grande do Sul – CASUV-RS**” é a **espacialização da produção vitícola e do processamento industrial da uva no Estado**<sup>1</sup>. As principais fontes de dados para este estudo foram: 1) o *Cadastro Vitícola do Rio Grande do Sul: 2013 a 2015*, da Embrapa; 2) os Censos Agropecuários, do IBGE, de 2006 e 2017; 3) a Pesquisa *Produção Agrícola Municipal*, do IBGE (período entre 1995 e 2019); e 4) a *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)*, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE; período entre 2000 e 2019).

Desde logo parece-nos importante ressaltar que esta base de dados é ampla e expressiva, mas está longe de ser a base ideal. Reiteramos o que já foi explicitado no “Primeiro Produto”: a acuidade dos resultados deste trabalho de Consultoria cresceria muito se tivéssemos acesso aos dados já consolidados do **Cadastro Vitivinícola Nacional**, que está sendo produzido pelo Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). Infelizmente, os nossos esforços para ter acesso a este Banco de Dados (ou, mesmo, à parte dele) foram, até agora, frustrados<sup>2</sup>. A Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Estado do Rio Grande do Sul também conta com um Banco de Dados de grande confiabilidade, que é um sistema de fiscalização impositivo e que, de acordo com a avaliação geral, é rigoroso. Este banco tem por base o Sistema de Declarações Vinícolas (SISDEVIN) que alimenta o Sistema de Cadastro Vinícola. Infelizmente, nossas tentativas de acessar este sistema foram igualmente infrutíferas<sup>3</sup>. Por fim, o INCRA conta com um banco de dados georreferenciado a partir de imagens de satélites do conjunto dos estabelecimentos e propriedades agropecuários<sup>4</sup> no Brasil. Acessar este banco de dados também seria de grande valia para a pesquisa, com vistas a atualizar e/ou validar informações dos Cadastros Vitícola (da Embrapa), Vinícola (da SDA-RS), e Vitivinícola (do MAPA). O acesso a estes bancos de dados - que são coletados pelo setor público, mas não são tornados públicos - é da maior importância. Por isto, reiteramos nossa demanda aos contratantes deste trabalho pela obtenção dos mesmos<sup>5</sup>.

Felizmente, a despeito das sérias limitações informacionais com as quais nos deparamos, elas não foram de ordem a impedir que traçássemos o perfil espacial da vitivinicultura gaúcha. Para tanto, **adotamos uma estratégia analítica baseada no reconhecimento dos limites de cada base informacional e, conseqüentemente, no uso de uma fonte para o ajustamento/qualificação das informações cedidas pela outra.** Expliquemo-nos.

O *Cadastro Vitícola do Rio Grande do Sul: 2013 a 2015* é a fonte mais detalhada e de maior acurácia. Em especial porque é a única das três fontes que traz informações sobre as áreas e a quantidade produzida **das distintas cultivares**. E, portanto, é a única fonte que nos permite avaliar com maior rigor a destinação da produção (uva de mesa, vinhos finos, suco de uva, vinho de mesa, etc.) e diferenciar as regiões vitícolas do Rio Grande do Sul por seus padrões de **especialização produtiva**. A limitação do Cadastro, contudo, é tríplice. Em primeiro lugar, ele cobre apenas parcialmente a produção vitícola para consumo *in natura*, uma vez que sua função original é a de cadastrar os fornecedores de uva para processamento industrial<sup>6</sup>. Em segundo lugar, ele se encontra relativamente defasado (a despeito da edição do Cadastro ser de 2017, o último ano com dados registrados e sistematizados é 2015). E em terceiro lugar, o cadastro não nos traz qualquer informação sobre o **valor** da produção vitícola nos distintos municípios e regiões<sup>7</sup>.

Estas três limitações do Cadastro são parcialmente compensadas pelo Censo Agropecuário de 2017 que traz informações mais atuais envolvendo, tanto os **preços** de venda, quanto o **destino** da produção, envolvendo, inclusive, a produção para consumo interno ao estabelecimento rural. Não obstante, o Censo apresenta três limitações: 1) os dados obtidos são declaratórios (não são **vistoriados** pelo recenseador), o que empresta uma acurácia menor aos mesmos; 2) o **foco** do recenseamento **não** é a viticultura, de sorte que é preciso “garimpar” os dados que se encontram referidos à agricultura permanente em geral, com vistas a obter informações específicas sobre a produção vitícola; e, 3) por questões de sigilo informacional, em todos os municípios em que o número de produtores é pequeno, as informações são omitidas dos Resultados do Censo<sup>8</sup>.

A Pesquisa sobre Produção Agrícola Municipal (PAM) é aquela que traz informações mais atualizadas. Ela é realizada anualmente e já dispomos de dados para o ano de 2019. Porém, esta base não é construída a partir de pesquisa primária, mas de informações secundárias: trata-se da **avaliação** de um grupo relativamente **limitado de**

**informantes** (envolvendo técnicos das Secretarias Municipais e Estaduais de Agricultura, técnicos da Emater, funcionários das indústrias beneficiadoras de produtos agropecuários submetidas à vistoria do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, dentre outros) sobre a estrutura e evolução da produção agrícola em cada município do Brasil. Uma vez que não se trata de declaração do próprio produtor, mas de uma avaliação de técnicos especializados, ao contrário do Censo, não é interposta qualquer restrição de sigilo aos dados da PAM. Esta fonte conta ainda com uma vantagem: ela nos informa a quantidade e o Valor Bruto da Produção para cada cultivo em todos os municípios. Com estes dados é possível calcular o preço médio de cada cultivo. Há, porém, um grave “senão” na informação resultante: a PAM fornece dados de quantidade e valor mesmo que o produto não seja comercializado, mas utilizado para o consumo no próprio estabelecimento agropecuário. Nestes casos, os preços são **imputados** a partir da **avaliação** do informante de quais seriam os **preços vigentes no território**. Ora, este preço imputado só é rigorosamente confiável naqueles territórios onde a produção comercial de uva é significativa. Onde **não** há comercialização, o preço imputado perde significação, pois a única referência de preço passa a ser o varejo, que é muito superior ao preço efetivamente recebido por um produtor voltado para o mercado. Em suma: das três fontes, a PAM é a **mais atual**, tem cobertura universal e não tem restrição de sigilo. Em compensação, é a fonte de **menor acurácia**.

A forma que encontramos para operar com as limitações de cada uma das três fontes informacionais foi a de trabalhar com as três **simultaneamente**, utilizando cada uma delas como “árbitro e fiscal” das demais. Assim, alcançamos trabalhar com dados mais atuais – com apoio da PAM e do Censo – ao mesmo tempo em que fazíamos a crítica destas fontes utilizando os dados mais minuciosos do *Cadastro Vitícola*.

Com vistas a analisar a questão da distribuição territorial das atividades vitivinícolas no RS, dividimos o texto que segue em quatro partes (para além desta Introdução). Na próxima seção (a segunda) apresentamos, analisamos e comparamos as três bases de dados que vão guiar a espacialização da produção vitícola no RS. A despeito de seu caráter eminentemente “metodológico”, recomendamos a máxima atenção na leitura desta seção, pois é dela que derivaremos todos os desdobramentos posteriores. Ela envolve uma crítica detalhada de cada uma das bases de dados, bem como a explicação

de porque não podemos tomar **nenhuma** delas **isoladamente** como **suficiente** para o enfrentamento adequado do tema da espacialização geoeconômica do CASUV-RS.

A terceira seção volta-se especificamente à espacialização da produção **rural**. Nela, buscamos identificar os distintos núcleos vitivinícolas e traçar suas diferenças específicas e seus padrões de consolidação e expansão ao longo das primeiras décadas do século XXI.

A quarta seção volta-se à distribuição espacial da **produção urbana**. Neste produto em particular, focamos no **processamento industrial da uva**. E isto, mais uma vez, em função da fragilidade da base de dados: nossas duas únicas fontes para tratar deste tema são a RAIS (do Ministério do Trabalho e Emprego, que registra apenas o emprego formal) e entrevistas de campo (que ainda estão em curso). **Estamos envidando esforços para obter um conjunto mais amplo de dados para a mensuração rigorosa da expressão econômica da totalidade das atividades urbanas. Vale lembrar, que elas envolvem desde a produção de insumos industriais e a oferta de serviços e assistência técnica para a produção vitícola até atividades de transporte e comercialização de derivados de uva. É nossa intenção estudar, avaliar e mensurar de forma particularmente acurada a expressão econômica destes “elos finais” do CASUV-RS.** E isto por entendermos que o segmento de comercialização vem assumindo novos padrões e ganhando crescente expressão econômica, através dos elos cada vez mais sólidos que unem a enologia ao turismo no Rio Grande do Sul. A análise desta dimensão particular do CASUV-RS, contudo, só poderá ser realizada mais adiante. O que implica, igualmente bem, em adiar sua espacialização mais rigorosa.

Por fim, a quinta e última seção está destinada às considerações finais e à apresentação do conteúdo disponibilizado nos dois **Anexos** deste Segundo Produto: o Anexo Estatístico e o Anexo Cartográfico. A produção destes Anexos mostrou-se impositiva para não sobrecarregar o texto com excesso de tabelas, quadros, gráficos e mapas. As principais contribuições dos dois Anexos serão apontadas e comentadas na seção conclusiva.



## 2 O que as Distintas Bases de Dados nos Dizem sobre a Viticultura Gaúcha? Construindo uma base unificada e confiável para análise territorial

O ponto de partida de nossa investigação foi o resgate das informações sobre quantidade produzida de uva em todo o Rio Grande do Sul e em cada Região Corede de acordo com as três bases de dados disponíveis. Os dados se encontram sistematizados no Quadro 1, abaixo. Vale notar que eles **não** correspondem ao mesmo ano: tomamos o **último ano disponível de cada fonte**: 2015, para o Cadastro Vitícola; 2017, para o Censo Agropecuário; e 2019 para a PAM. As regiões estão hierarquizadas da maior produção para a menor de acordo com a informação da fonte de maior acurácia: o *Cadastro Vitícola*. Desde logo vale notar que estamos lidando com anos distintos, o que explica algumas das diferenças encontradas. O último quinquênio da década anterior (anos 10) foi marcado por elevada instabilidade na quantidade produzida anualmente, em função de intempéries climáticas. E há consenso em todas as fontes disponíveis que o ano de 2017 foi aquele em que a produção foi mais elevada, o ano de 2016 foi o de menor produção seguido por 2019. O primeiro ano da série (2015) e o ano intermediário (2018) foram anos de produção mediana<sup>9</sup>. Assim, neste primeiro momento, devemos colocar “entre parênteses” as diferenças de **quantidade totais** (que estão referidas aos anos) para focar nas convergências e divergências na **distribuição e hierarquia regional** da quantidade produzida.

O primeiro que chama a atenção é que as três bases de dados são convergentes na identificação de uma grande concentração espacial na quantidade produzida de uva no RS. De acordo com as mesmas, a Serra é a principal região produtora, respondendo por algo entre 89,31% (Cadastro) e 78,12% (PAM) da produção total do Estado em toneladas. Na sequência da Serra, emergem duas regiões limítrofes, situadas à nordeste e à sudoeste desta primeira: Campos de Cima da Serra e Vale do Taquari. Tomadas em conjunto, estas três regiões responderiam por algo entre 95,22% (segundo o Cadastro) e 85,13% (segundo a PAM) do volume total da produção total.

Desde logo é importante notar que estamos avaliando a concentração em **quantidade produzida** (toneladas), pois esta é a única unidade de medida comum às três bases. Como veremos adiante, a **quantidade produzida** não traduz plenamente o **valor da produção**, dadas as diferenças de **preço** das diversas cultivares nas distintas regiões.

Além disso, é preciso observar que, apesar das bases convergirem na identificação de **elevada** concentração **quantitativa**, a diferença no **grau de concentração** está longe de ser desprezível: são mais de dez pontos percentuais. Uma diferença que vai se expressar e se aprofundar na hierarquização das regiões.

Quadro 1 - Quantidade Produzida (toneladas) de Uva no Estado do RS  
e nas Região Corede e Participação das Regiões nos anos de 2015, 2017 e 2019

TERRITÓRIO	Quantidade Produzida (ton)											
	Cadastro Vitícola - 2015				Censo Agropecuário - 2017				PAM 2019			
	Valores Absolutos	Rank	% no RS	Part. Acum	Valores Absolutos	Rank	% no RS	Part. Acum	Valores Absolutos	Rank	% no RS	Part. Acum
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>	<b>758.230,24</b>	<b>x</b>	<b>100,0%</b>	<b>x</b>	<b>786.383,00</b>	<b>x</b>	<b>100,0%</b>	<b>x</b>	<b>667.018,00</b>	<b>x</b>	<b>100,00%</b>	<b>x</b>
Serra	676.269,64	1	89,19%	89,19%	687.204,00	1	87,39%	87,39%	521.097,00	1	78,12%	78,12%
Campos de Cima da Serra	31.598,01	2	4,17%	93,36%	34.415,00	2	4,38%	91,76%	25.341,00	2	3,80%	81,92%
Vale do Taquari	14.134,86	3	1,86%	95,22%	14.628,00	3	1,86%	93,62%	21.411,00	3	3,21%	85,13%
Fronteira Oeste	6.400,88	4	0,84%	96,07%	6.402,00	5	0,81%	94,44%	4.540,00	10	0,68%	85,81%
Médio Alto Uruguai	6.061,65	5	0,80%	96,87%	8.754,00	4	1,11%	95,55%	12.486,00	4	1,87%	87,69%
Vale do Caí	4.786,65	6	0,63%	97,50%	5.071,00	6	0,64%	96,20%	11.950,00	5	1,79%	89,48%
Vale do Rio Pardo	2.997,62	7	0,40%	97,89%	3.066,00	9	0,39%	96,59%	9.774,00	7	1,47%	90,94%
Nordeste	2.973,44	8	0,39%	98,28%	4.869,00	7	0,62%	97,21%	10.289,00	6	1,54%	92,48%
Vale do Jaguarí	<b>2.959,53</b>	9	0,39%	98,67%	1.284,00	14	0,16%	97,37%	<b>2.077,00</b>	18	0,31%	92,80%
Campanha	2.173,40	10	0,29%	98,96%	3.039,00	10	0,39%	97,76%	3.845,00	11	0,58%	93,37%
Rio da Várzea	1.870,94	11	0,25%	99,21%	<b>2.393,00</b>	11	0,30%	98,06%	3.204,00	15	0,48%	93,85%
Norte	1.687,54	12	0,22%	99,43%	3.855,00	8	0,49%	98,55%	9.210,00	8	1,38%	95,23%
Hortênsias	1.447,96	13	0,19%	99,62%	1.883,00	12	0,24%	98,79%	3.488,00	13	0,52%	95,76%
Produção	1.095,81	14	0,14%	99,77%	1.020,00	15	0,13%	98,92%	3.672,00	12	0,55%	96,31%
Sul	609,91	15	0,08%	99,85%	1.707,00	13	0,22%	99,14%	2.247,00	17	0,34%	96,64%
Paranhana Encosta da Serra	418,05	16	0,06%	99,90%	830,00	16	0,11%	99,24%	3.267,00	14	0,49%	97,13%
Centro Sul	280,01	17	0,04%	99,94%	307,00	19	0,04%	99,28%	1.598,00	22	0,24%	97,37%
Celeiro	119,98	18	0,02%	99,95%	195,00	22	0,02%	99,31%	1.859,00	20	0,28%	97,65%
Vale do Rio dos Sinos	100,15	19	0,01%	99,97%	44,00	26	0,01%	99,31%	571,00	25	0,09%	97,74%
Central	66,97	20	0,01%	99,98%	379,00	18	0,05%	99,36%	2.987,00	16	0,45%	98,19%
Litoral	66,25	21	0,01%	99,99%	118,00	24	0,02%	99,37%	395,00	28	0,06%	98,24%
Jacui Centro	56,85	22	0,01%	99,99%	257,00	20	0,03%	99,41%	801,00	24	0,12%	98,36%
Missões	42,15	23	0,01%	100,00%	112,00	25	0,01%	99,42%	1.764,00	21	0,26%	98,63%
Alto da Serra do Botucaraí	9,00	24	0,00%	100,00%	167,00	23	0,02%	99,44%	1.218,00	23	0,18%	98,81%
Noroeste Colonial	1,69	25	0,00%	100,00%	230,00	21	0,03%	99,47%	2.053,00	19	0,31%	99,12%
Metropolitano Delta do Jacuí	1,30	26	0,00%	100,00%	33,00	27	0,00%	99,48%	525,00	26	0,08%	99,20%
Fronteira Noroeste	0,00	27	0,00%	100,00%	560,00	17	0,07%	99,55%	4.832,00	9	0,72%	99,92%
Alto Jacuí	0,00	27	0,00%	100,00%	6,00	28	0,00%	99,55%	517,00	27	0,08%	100,00%
<b>Produção não espacializada</b>	<b>X</b>		<b>X</b>	<b>X</b>	<b>3.555</b>		<b>0,45%</b>	<b>100,00%</b>	<b>X</b>		<b>X</b>	<b>X</b>

FDB: Cadastro Vitícola do RS - 2013-2015 (Embrapa); Censo Agropecuário (IBGE); Produção Pecuária Municipal (IBGE)

De acordo com o Cadastro Vitícola, a quarta Região Corede em termos de participação na produção total do Rio Grande do Sul seria a Fronteira Oeste; mas o Censo Agropecuário e a PAM apontam o Médio Alto Uruguai como a quarta região de maior produção e participação relativa. Tal como demonstraremos adiante, esta diferença se explica em grande parte pelo **foco** da produção do Médio Alto Uruguai: dentre as principais regiões vitícolas do RS, esta é a que apresenta a maior dedicação relativa à produção de uvas de mesa: quase 50% de sua produção destina-se ao consumo *in natura*. Por oposição, apenas 1,04% da produção vitícola da Fronteira Oeste voltou-se ao consumo *in natura*. Este é o primeiro indício de uma conclusão importante da nossa pesquisa: o foco do Cadastro - viticultura **para processamento** -, por oposição ao foco

do Censo e da PAM - viticultura **em geral** - explica parcela considerável das diferenças de avaliação e cômputo de quantidades produzidas e hierarquias regionais.

A origem das diferenças na hierarquização do Vale do Caí (sexta posição, segundo o Cadastro e o Censo, e quinta posição, segundo a PAM) parece ser a mesma: de acordo com o Censo Agropecuária, 44,61% da produção vitícola do Vale do Caí é *uva de mesa*, voltada ao consumo *in natura*. O mesmo se passa (ainda que com menor expressão) com as diferenças de avaliação no Vale do Rio Pardo, cuja produção para mesa equivaleria a 21,2% do total. Não obstante, as diferenças de volume são demasiado elevadas e indicam, neste caso, a existência de outros elementos<sup>10</sup>. Com certeza, um dos elementos será a diferença dos anos informados (2015, 2017 e 2019). Averiguaremos este ponto mais adiante. Mas também parece haver um viés de sobrestimação de volume por parte da PAM e de subestimação por parte do Cadastro que tendem a divergir em sua avaliação de regiões onde parcela expressiva da produção não está voltada ao beneficiamento industrial. Este duplo viés também se manifesta na avaliação da produção da região Nordeste.

As diferenças de avaliação da expressão produtiva do Vale do Jaguari comportam uma dimensão nova. Para que se entenda este ponto é preciso observar que, de acordo com a PAM (e em consonância com o SISDEVIN/SDA/RS) **a produção em 2019 foi inferior à produção de 2015**. Não obstante, a PAM vinha atribuindo uma produção significativamente **superior** às regiões consideradas até aqui - Médio Alto Uruguai, Vale do Caí, Vale do Rio Pardo e Nordeste - em comparação com a avaliação do Cadastro. De outro lado, a PAM atribuiu uma produção **menor** do que o Cadastro a quatro regiões: Serra, Campos de Cima da Serra, Fronteira Oeste e Vale do Jaguari. Ora, estas quatro regiões apresentam forte tradição **vinícola**.

Aparentemente, as avaliações distintas da PAM e do Cadastro não se explicam apenas pela subestimação da produção *in natura* no Cadastro, mas, igualmente bem, **parecem envolver uma subestimação, pela PAM, da produção voltada ao processamento industrial**. Para averiguar esta hipótese, comparamos os registros da PAM e do Cadastro num mesmo ano (2015). Os resultados desta comparação estão sistematizados no Quadro 2, abaixo.

Quadro 2 - Comparação Cadastro e PAM no ano de 2015

Corede	Quant (ton)					Área (ha)					Produtividade				
	Cadastro		PAM		Dif. Cad-PAM	Cadastro		PAM		Dif. Cad-PAM	Cadastro		PAM		Dif. Cad-PAM
	Valores	Rank	Valores	Rank		Valores	Rank	Valores	Rank		Valores	Rank			
RIO GRANDE SUL	758.230	X	876.215	X	-117.985	40.336	X	49.739	X	-9.403	18,8	X	17,6	X	1,18
Serra	676.270	1	698.530	1	-22.260	33.283	1	35.171	1	-1.888	20,3	1	19,9	1	0,46
Campos Cima Serra	31.598	2	36.076	2	-4.478	2.054	2	2.002	2	52	15,4	7	18,0	2	-2,63
Vale do Taquari	14.135	3	21.949	3	-7.814	904	4	1.733	3	-829	15,6	5	12,7	8	2,97
Fronteira Oeste	6.401	4	8.297	9	-1.896	1.102	3	975	6	127	5,8	21	8,5	18	-2,70
Médio Alto Uruguai	6.062	5	17.494	4	-11.432	556	5	1.162	4	-606	10,9	10	15,1	4	-4,15
Vale do Caí	4.787	6	9.721	7	-4.934	302	8	596	12	-294	15,8	4	16,3	3	-0,46
Vale do Rio Pardo	2.998	7	8.223	10	-5.225	484	6	963	7	-479	6,2	19	8,5	17	-2,35
Nordeste	2.973	8	10.471	6	-7.498	191	9	711	8	-520	15,5	6	14,7	6	0,80
Vale do Jaguarí	2.960	9	3.887	14	-927	169	11	381	15	-212	17,5	2	10,2	12	7,28
Campanha	2.173	10	4.069	13	-1.896	461	7	523	13	-62	4,7	22	7,8	22	-3,06
Rio da Várzea	1.871	11	5.650	11	-3.779	186	10	608	11	-422	10,0	14	9,3	15	0,75
Norte	1.688	12	14.832	5	-13.144	122	14	1.059	5	-937	13,8	8	14,0	7	-0,21
Hortênsias	1.448	13	3.166	16	-1.718	141	12	253	19	-112	10,3	12	12,5	9	-2,26
Produção	1.096	14	9.212	8	-8.116	88	15	612	10	-524	12,4	9	15,1	5	-2,66
Sul	610	15	857	24	-247	130	13	111	24	19	4,7	24	7,7	23	-3,03
Paranhana Enc Serra	418	16	3.089	17	-2.671	40	17	270	17	-230	10,3	11	11,4	10	-1,11
Centro Sul	280	17	1.246	22	-966	59	16	184	21	-125	4,7	23	6,8	25	-2,06
Celeiro	120	18	2.104	18	-1.984	18	18	293	16	-275	6,5	18	7,2	24	-0,64
Vale do Rio dos Sinos	100	19	876	23	-776	10	19	81	26	-71	10,2	13	10,8	11	-0,59
Central	67	20	3.469	15	-3.402	8	20	417	14	-409	8,2	15	8,3	19	-0,14
Litoral	66	21	493	27	-427	4	24	61	27	-57	17,0	3	8,1	21	8,88
Jacuí Centro	57	22	836	25	-779	8	21	87	25	-79	7,4	17	9,6	13	-2,17
Missões	42	23	1.595	20	-1.553	6	23	269	18	-263	7,6	16	5,9	27	1,70
Alto Serra do Botucaraí	9	24	1.538	21	-1.529	1	25	162	22	-161	6,0	20	9,5	14	-3,45
Noroeste Colonial	2	25	1.814	19	-1.812	1	26	221	20	-220	1,7	25	8,2	20	-6,52
Metropo Delta do Jacuí	1	26	379	28	-378	7	22	57	28	-50	0,2	26	6,6	26	-6,46
Fronteira Noroeste	0	27	5.640	12	-5.640	0	27	653	9	-653	x	27	8,6	16	X
Alto Jacuí	0	27	702	26	-702	0	27	124	23	-124	x	27	5,7	28	X
Correlações	Quant C/ Serra		1,000	0,822	X	Área C/ Serra		0,999	0,740	X	Prod. C/ Serra		0,751	0,747	X
	Quant S/ Serra		0,912	0,802	X	Área S/ Serra		0,848	0,710	X	Prod. S/ Serra		0,693	0,718	X

FDB: Cadastro Vitícola do RS - 2013-2015 (Embrapa); Produção Pecuária Municipal (IBGE)

O primeiro elemento que chama a atenção no Quadro 2 é o volume de produção identificado pela PAM no referido ano: 876.215 toneladas. Este volume supera a produção registrada no Cadastro em 117.985 toneladas. E supera a produção registrada no SIDESVIN/SDA/RS em 2015 (de 703.217 toneladas) pelo montante extraordinário de 172.988 toneladas. Mesmo que se admita que o SISDEVIN não alcança registrar o conjunto da produção vinícola e que o Cadastro subestime relativamente a produção vitícola para consumo *in natura*, parece que, igualmente bem, a PAM está sobrestimando a produção vitícola do Estado. Inferimos esta sobrestimação do fato de que, por um lado, todas as regiões, apresentam um déficit de produção nos registros do Cadastro com relação aos registros da PAM (todas as células da coluna da “Diferença Cadastro/PAM” no quesito Quantidade Produzida estão com sinal negativo, grifadas em vermelho); mas as diferenças no quesito “Área Plantada” são relativamente menores. Emergem até casos – como em Campos de Cima da Serra e Fronteira Oeste - em que a área projetada pelo Cadastro **supera** a área projetada pela PAM. O que vai se manifestar no fato da PAM projetar uma produtividade por área maior do que o Cadastro na grande maioria das regiões.

De outro lado, mais uma vez fica evidente que parte da diferença de avaliação das duas bases encontra-se na **subestimação**, pelo Cadastro, da produção vitícola naquelas

regiões com maior comprometimento relativo com a uva de mesa. Tal fato evidencia-se no Quadro 2 na medida em que as diferenças na avaliação da produção e da área de videiras tendem a ser *relativamente menores* nas regiões de tradição **vinícola**. Assim é que, a despeito da diferença **absoluta** de avaliação da **produção** referida à Serra (22.260 toneladas) ser a mais elevada dentre as regiões, em termos **relativos** a avaliação da PAM supera a avaliação do Cadastro em módicos 3,2%. As diferenças realmente expressivas se encontram no Médio Alto Uruguai (11.432 toneladas; 188,6% acima do Cadastro), na região Norte (13.144 toneladas; 778,92% acima do Cadastro), no Corede Produção (8.116 toneladas; 740,66% acima do Cadastro), e na Fronteira Noroeste (5.640 toneladas). Neste último caso, a diferença percentual **é incalculável**, pois o Cadastro atribui produção **nula** a este território em 2015.

Mas isto não é tudo. O Quadro 2 nos traz indícios de outros problemas na mensuração e avaliação do Cadastro. Observemos a discrepância de avaliação com relação ao Corede Central: a despeito da menor diferença **absoluta** dos casos referidos anteriormente (trata-se, aqui, de “apenas” 3.402 toneladas), a diferença **relativa** entre as duas bases de dados é de 5.079%. Ora, vale lembrar que esta região abriga a “Quarta Colônia”, cujos municípios – como Silveira Martins, Ivorá, Pinhal Grande, Faxinal do Soturno e São João do Polêsine – contam com grande tradição vitícola e **vinícola**. Além disso, o Corede conta inclusive com três vinícolas cadastradas na base da RAIS, uma em São João do Polêsine, outra em Itaara e outra em Santa Maria. Não parece crível, pois, que o território tenha produzido apenas 67 toneladas de uvas em 2015, como informa o Cadastro.

O caso da Fronteira Noroeste – onde o Cadastro não registra qualquer produção ou área plantada com videiras - é similar. Mesmo não tendo uma tradição tão **enraizada** quanto a Quarta Colônia, a história da vitivinicultura no território é tão antiga quanto a experiência missioneira. Justamente em 2015 – ano definitivo dos dados sistematizados no Cadastro – instalou-se no território a Cooperativa do Vinho Fronteira Noroeste, com vistas a processar a crescente produção vitícola do território<sup>11</sup>. O Cadastro não registrou produção alguma neste ano. E a PAM registra 5.640 toneladas, extraídos de 653 hectares de videiras.

O caso da região do Corede Produção também é ilustrativo. Em 2015, o Cadastro identificou 1.096 toneladas de quantidade produzida, oriundas de 88 hectares

(produtividade de 12,4 toneladas por hectare). Enquanto a PAM identificou 9.212 toneladas, oriundas de 612 hectares (produtividade de 15,2 toneladas por hectare). É possível que haja alguma sobrestimação na PAM. Mas suas informações são mais coerentes com a reconhecida tradição vitivinícola dos municípios da porção leste deste Corede, na divisa com a Serra, tais como Casca, Vanini, David Canabarro, Ciriaco, Muliterno, Vila Maria e Marau<sup>12</sup>.

Finalmente, temos de analisar as discrepâncias acerca da região Norte. Segundo a PAM esta seria a quinta região em termos de quantidade produzida em 2015 (14.832 toneladas) e em área cultivada (1.059 hectares). Já o Cadastro a coloca em 12º lugar em termos de produção 1.688 toneladas e 14º em área cultivada (122 hectares). Ora, a RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego, identifica três vinícolas no território: uma em Erechim, outra em Getúlio Vargas e uma em Itatiba do Sul<sup>13</sup>. Mais uma vez, as informações secundárias nos levam a inferir que o Cadastro subestima a produção real.

Com vistas a aferir a consistência desta conclusão preliminar, comparamos os dados do Censo Agropecuário de 2017 com os dados da PAM para este mesmo ano. A comparação encontra-se sistematizada no Quadro 3, abaixo.

Vamos começar analisando este Quadro “de traz para a frente”: pelas últimas células (na extrema direita) da última linha. Em fundo azul está a correlação entre a quantidade produzida e a área de vindimas das duas bases de dados. Esta correlação é praticamente perfeita (quase igual a 1)<sup>14</sup>. E o que ela nos diz é que, a despeito das **diferenças absolutas nos valores**, sempre que o Censo identifica valores mais elevados, a PAM também identifica valores maiores. E vice-versa. Não há, portanto, diferenças expressivas no que diz respeito ao “**ranqueamento**” das regiões, na participação das mesmas na produção total<sup>15</sup>. Ainda que haja, sim, diferenças não desprezíveis nos valores **absolutos** de quantidade produzida e de área plantada atribuídas a estas mesmas regiões.



Quadro 3 - Comparação da Quantidade Produzida e Área no Censo Agropecuário e PAM em 2017

Território	Censo Agropecuário - 2017									PAM - 2017		Diferença Censo PAM	
	Quantidade Produzida (ton)				Área Vid (ha)					Quant Prod. (ton)	Área (ha)	Quant (ton)	Área (ha)
	Uva (mesa)	Uva (ind)	Total	% Mesa Região	Uva (mesa)	Uva (ind)	Total	% Mesa no RS	Rank				
RIO GRANDE DO SUL	30.504	755.879	786.383	3,88%	2.673	41.251	43.924	100,00%	X	956.887	48.397	-170.504	-4.473
Serra	17.287	669.917	687.204	2,52%	1.128	32.998	34.126	42,20%	1	769.032	34.229	-81.828	-103
Campos Cima Serra	509	33.906	34.415	1,48%	47	2.323	2.370	1,76%	9	45.284	2.136	-10.869	234
Vale do Taquari	589	14.039	14.628	4,03%	67	1.008	1.075	2,51%	7	24.679	1.662	-10.051	-587
Médio Alto Uruguai	3.969	4.785	8.754	45,34%	420	550	970	15,71%	2	15.893	1.072	-7.139	-102
Fronteira Oeste	318	6.084	6.402	4,97%	46	952	998	1,72%	10	8.757	1.150	-2.355	-152
Vale do Cai	2.262	2.809	5.071	44,61%	222	276	498	8,31%	3	9.221	584	-4.150	-86
Nordeste	775	4.094	4.869	15,92%	65	339	404	2,43%	8	10.958	652	-6.089	-248
Norte	877	2.978	3.855	22,75%	85	259	344	3,18%	6	13.251	942	-9.396	-598
Vale do Rio Pardo	650	2.416	3.066	21,20%	92	454	546	3,44%	5	11.504	1.000	-8.438	-454
Campanha	2	3.037	3.039	0,07%	2	563	565	0,07%	28	4.844	528	-1.805	37
Rio da Várzea	442	1.951	2.393	18,47%	42	202	244	1,57%	12	4.533	393	-2.140	-149
Hortênsias	455	1.428	1.883	24,16%	43	184	227	1,61%	11	3.463	269	-1.580	-42
Sul	128	1.579	1.707	7,50%	18	149	167	0,67%	18	2.442	265	-735	-98
Vale do Jaguarí	68	1.216	1.284	5,30%	18	193	211	0,67%	18	3.011	286	-1.727	-75
Produção	134	886	1.020	13,14%	24	96	120	0,90%	16	4.863	411	-3.843	-291
Paranhana Enc. Serra	185	645	830	22,29%	25	121	146	0,94%	15	3.052	276	-2.222	-130
Fronteira Noroeste	310	250	560	55,36%	36	29	65	1,35%	13	5.221	665	-4.661	-600
Central	156	223	379	41,16%	34	63	97	1,27%	14	4.255	384	-3.876	-287
Centro Sul	29	278	307	9,45%	10	98	108	0,37%	21	1.487	201	-1.180	-93
Jacui Centro	46	211	257	17,90%	8	22	30	0,30%	23	857	84	-600	-54
Noroeste Colonial	85	145	230	36,96%	15	24	39	0,56%	20	2.341	213	-2.111	-174
Celeiro	27	168	195	13,85%	6	17	23	0,22%	25	2.125	283	-1.930	-260
Alto Serra Botucaraí	30	137	167	17,96%	4	31	35	0,15%	27	1.420	154	-1.253	-119
Litoral	31	87	118	26,27%	9	16	25	0,34%	22	365	53	-247	-28
Missões	45	67	112	40,18%	24	6	30	0,90%	16	1.973	266	-1.861	-236
Vale do Rio dos Sinos	22	22	44	50,00%	8	6	14	0,30%	23	1.022	85	-978	-71
Metrop Delta do Jacuí	23	10	33	69,70%	6	10	16	0,22%	25	395	47	-362	-31
Alto Jacuí	6	0	6	100,00%	1	0	1	0,04%	29	639	107	-633	-106
Valor s/ Região e Correl	1.044	2.511	3.555	41,58%	168	262	430	6,29%	4	0.9727	0.9996	3.555	430

FDB: Censo Agropecuário (IBGE); Produção Pecuária Municipal (IBGE)

Desde logo, a PAM identifica 170.504 toneladas a mais na produção de uva de 2017 do que o Censo Agropecuário. **Como interpretar uma discrepância tão ampla?** Há duas maneiras de lê-la.

De um lado, esta discrepância reforça a inferência já anunciada de que a PAM tende a sobrestimar os valores. Na realidade, como veremos adiante, não se trata rigorosamente de uma sobrestimação unilateral, vale dizer, não se trata de pretender que a PAM sempre impute uma produção **maior** do que a efetivamente realizada. O que parece ocorrer é que, uma vez que os dados da PAM são coletados a partir das informações de um pequeno grupo de *experts* que atuam em cada município (ou região), as informações refletem e ampliam o “ânimo geral”. Em anos de bonança, a avaliação do informante tende a ser “amplificada” pelos relatos de sucesso que recebe. Em anos de maus resultados, a avaliação negativa também tende a encontrar eco e a ser relativamente amplificada<sup>16</sup>.

Mas isto não é tudo. Como regra geral, o leigo em estatísticas e indicadores sociais tende a tomar os dados censitados (vale dizer, obtidos a partir de entrevistas em levantamentos primários exaustivos) como uma informação plenamente fidedigna e confiável. Mas isto é um equívoco. Um único exemplo é suficiente para a compreensão deste ponto: o Censo Agropecuário de 2017 avaliou o rebanho bovino nacional em 172.719.164 cabeças de gado. Neste mesmo ano, a Pesquisa Pecuária Municipal, também do IBGE e que conta com um padrão de levantamento de dados similar à PAM (baseada em informações de frigoríficos, técnicos agrícolas, fiscais de zoonoses, etc.), identificou um plantel de 215.003.578. **A diferença de mais de 42 milhões de cabeça de gado bovino é irredutível a qualquer tendência (seja ela real, ou não) à sobrestimação da PPM.** O principal determinante da diferença encontra-se no fato de que **a base do Censo é declaratória.** É o responsável pelo estabelecimento que dá a informação, cabendo ao recenseador **tão somente registrar** o valor declarado, sem qualquer aferição. E é usual que os declarantes – temerosos da conferência das informações censitadas com as declarações fiscais – subestimem seu patrimônio e rendimentos ao fazerem suas declarações.

Neste sentido, há uma informação do Quadro 3, acima, que não pode deixar de chamar a atenção: a quantidade produzida de uva para beneficiamento industrial registrada no Censo de 2017 corresponde, quase à perfeição, com a quantidade de uva para processamento declarada e registrada no SISDEVIN: 755.879 e 752.495 toneladas, respectivamente. Mais uma vez, alguém menos afeito à análise estatística de dados socioeconômicos poderia concluir que esta coincidência estaria apenas demonstrando a exatidão da informação. Infelizmente, não é tão simples. Quando se opera com bases estatísticas cujos sistemas de coletas são rigorosamente autônomos é de se esperar a emergência de divergências dentro de uma margem de erro. A convergência extraordinariamente elevada (no caso, a diferença entre as duas fontes é de meros 0,45%!) não é normal, nem esperada. É possível – e diríamos, até: é provável – que haja subestimação da produção e do valor comercializado por parte do produtor em suas declarações censitadas, com vistas a compatibilizá-las com outras bases de fiscalização e controle<sup>17</sup>.

Em suma: parece haver, sim, alguma sobrestimação nas informações da PAM, *vis-à-vis* as informações do Censo Agropecuário e do Cadastro Vitícola. Mas ela é menor do



que se poderia projetar inicialmente. Para além disso, o confronto dos dados do Censo e da PAM trazem novos elementos para a compreensão das diferenças entre esta última base e o Cadastro Vitícola. E isto na medida em que o Censo – ao contrário do Cadastro e da PAM – diferencia a uva produzida para processamento e para o consumo *in natura* (mesa), e nos permite identificar as regiões com uma maior dedicação relativa à produção de mesa.

De acordo com o Censo, das 786.383 toneladas de uva produzidas em 2017 no RS, 30.504 (3,88% do total) tiveram como destino o consumo de mesa. Tal como seria de se esperar, a região que responde pela maior parte desta produção é a Serra, com 17.287 toneladas. Contudo, a participação percentual deste volume no total produzido na Serra é ainda menor do que a participação do produto no Estado como um todo: meros 2,52% da produção. As regiões em que a produção de mesa apresenta uma participação expressiva na produção total, segundo o Censo, são outras, mais exatamente: Fronteira Noroeste (55,36%); Médio Alto Uruguai (45,34%), Vale do Caí (44,61%); Central (41,16%); Noroeste Colonial (36,96%); Norte (22,75%) e Vale do Rio Pardo (21,2%). **Ora, estas são justamente aquelas regiões que apresentavam a maior discrepância nas informações do Cadastro e da PAM<sup>18</sup>.** Confirma-se, portanto, a hipótese já aventada de que parte das discrepâncias entre PAM e Cadastro encontrem-se na subestimação relativa da produção para mesa desta última base de dados. Mais: **mesmo as discrepâncias entre Censo e PAM parecem estar associadas à maior ou menor participação da produção para mesa.** A correlação entre “diferenças na avaliação da quantidade produzida do Censo e da PAM em 2017” (penúltima coluna do Quadro 3) e “participação percentual da área destinada à mesa na região na área destinada à mesa no RS” foi de **0,9398**, isto significa dizer que quanto maior a área destinada à mesa, tanto maior a discrepância no volume de produção identificado pelo Censo e pela PAM. Por quê? Uma hipótese razoável – e já aventada – é que, **quanto maior a área destinada à mesa, menores os controles legais e fiscais, e maiores as chances de subdeclaração.**

Esta nova hipótese que emerge da comparação das informações oriundas das três bases é de grande importância. Ela abre a possibilidade de que as diferenças sistemáticas entre a PAM e as demais bases **não** esteja assentada primordialmente em sobrestimação da PAM, mas na subestimação das demais bases. Sabemos que há uma discreta sobrestimação da PAM no que diz respeito à intensidade das flutuações. Mas não há mais

como asseverar que haja sobrestimação **sistemática** da avaliação desta base sobre a quantidade produzida. Seria muito importante obter novos dados sobre produção. Mas, neste quesito, o mais importante é ouvir a avaliação que as lideranças do setor têm sobre este tema delicado: a produção subdeclarada do CASUV-RS. Qual sua dimensão? **Se há subestimação sistemática, é da maior importância avaliar sua dimensão. Ou estaremos subestimando a contribuição do complexo para a geração de emprego e renda no Estado.**

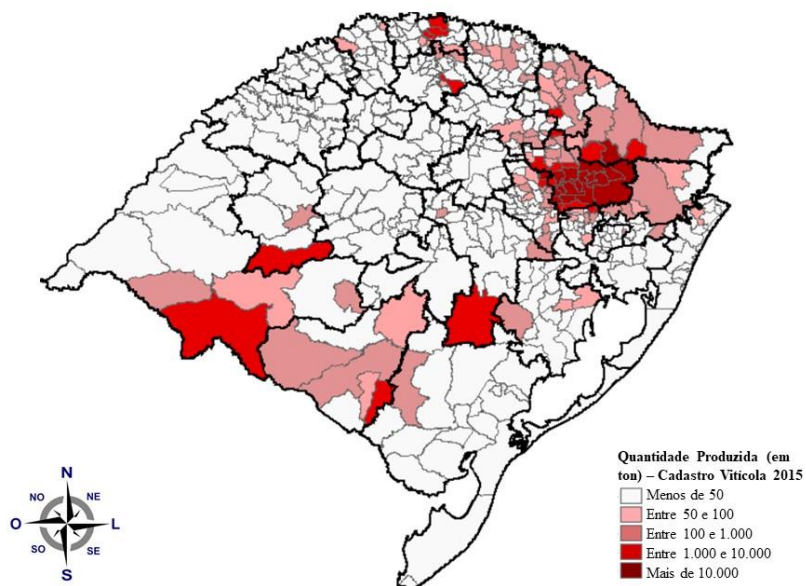
### **3 O CASUV-RS no Território: identificando e diferenciando as regiões vitivinícolas gaúchas por especializações, particularidades e competitividade**

#### **3.1 Uma fotografia do território do RS e de suas regiões vitícolas**

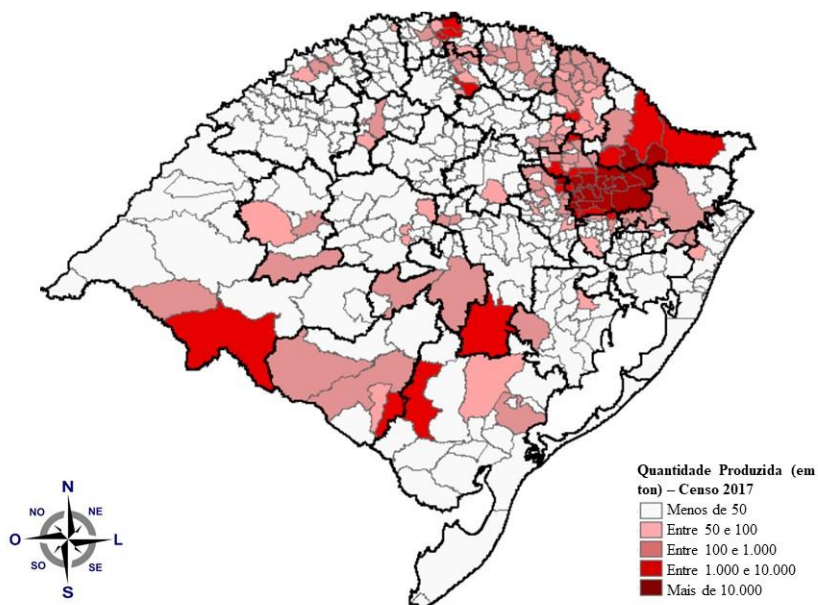
Tal como observamos já na abertura da seção anterior, nossas três bases de dados convergem na identificação de uma grande concentração geográfica da produção e da geração de valor no âmbito da viticultura no RS. Não obstante, o grau de concentração é distinto quando calculado com base nas informações do Cadastro, do Censo e da PAM. A partir da análise feita acima, podemos olhar criticamente e criativamente os indicadores gerados pelas distintas bases. Nosso ponto de partida é a “visualização” no mapa político-administrativo do Estado a distribuição da produção vitícola de acordo com nossas três bases informacionais. É o que nos oferecem os Mapas 1, 2 e 3 representados abaixo.

Os três mapas contam uma mesma e única história de forma diferenciada. A principal diferença entre eles diz respeito ao “grau de espraiamento” da produção vitícola que é identificada nas distintas bases. No Mapa 1, derivado das informações do Cadastro Vitícola, o RS é predominantemente “branco”, vale dizer, a maior parte do território do RS não está incorporado e não tem expressão como produtor do CASUV (produz menos de 50 toneladas no ano). No Mapa 3, derivado da PAM, o RS é predominantemente “vermelho”. O Mapa 2, derivado do Censo, ocupa um lugar intermediário: nele aparece uma mancha “vermelha” a nordeste e outra menos densa, mais clara e mais salpicada de branco a sudoeste. Entre as duas manchas, aparecem algumas “ilhas” que, eventualmente, poderiam ser pensadas como “trilhas” aproximando a densa e escura mancha do nordeste com a mancha rosácea do sudoeste.

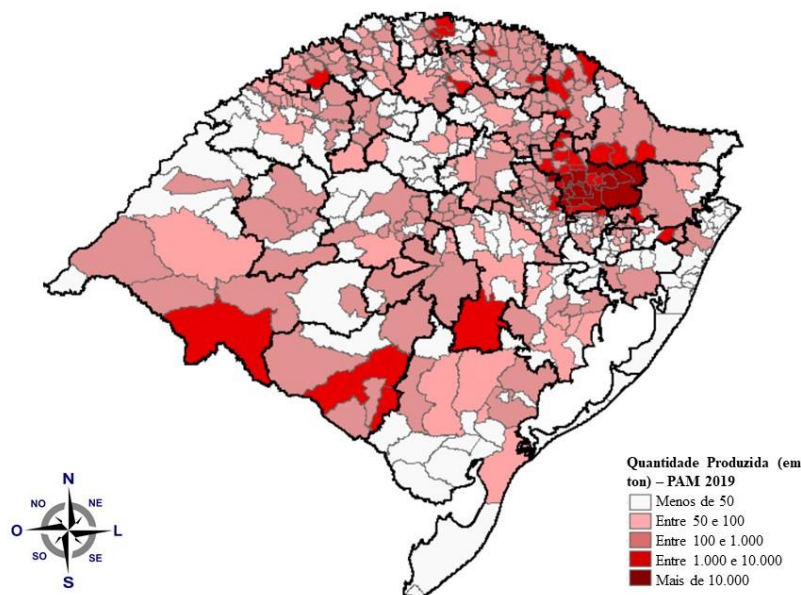
Mapa 1  
Toneladas de Uva por Município do RS em 2015 de acordo com o Cadastro Vitícola



Mapa 2  
Toneladas de Uva por Município do RS em 2017 de acordo com o Censo Agropecuário - IBGE



Mapa 3  
Toneladas de Uva por Município do RS em 2019 de acordo com a PAM - IBGE



Mas, para além das diferenças de base de dados, de metodologia de coleta de informações e dos anos aos quais os dados e os mapas estão referidos há um notável “consenso”: o núcleo de maior produção absoluta (acima de 10.000 toneladas por município) está unificado num pequeno *cluster* de municípios limítrofes situados no coração da “mancha nordeste” e a quase totalidade destes municípios pertence ao Corede Serra. Na verdade, no Mapa 1 as “exceções” são Dois Lajeados (um município oriundo de Guaporé e limítrofe ao mesmo, ainda que situado no Corede Vale do Taquari) e Campestre da Serra (limítrofe a Caxias do Sul, ainda que classificado no Corede Campos de Cima da Serra). No Mapa 2 emerge um terceiro município: Monte Alegre dos Campos, também limítrofe a nordeste de Caxias do Sul. Já no Mapa 3, baseado na “democrática e inclusiva PAM”, a concentração torna-se ainda maior: o único município incluído entre aqueles que produziriam mais de dez mil toneladas que não se encontra na Serra é o dileto filho de Guaporé: Dois Lajeados.

Num certo sentido, o núcleo vermelho escuro (que representa os municípios com “mais de dez mil toneladas”) é o centro gravitacional de uma única região vitícola mais ampla, que transborda do Corede Serra e vai assumindo tons mais claros de vermelho na medida em que os “planetas-municípios” se afastam do “sol-serrano”. Trata-se de uma “periferia” que alimenta o grande polo com o insumo básico (a uva) e recebe, em troca,

os benefícios de uma indústria e de um sistema de serviços e assistência técnica altamente qualificado. Esta é a região que corresponde aproximadamente ao polígono com vértices definidos, no eixo norte-sul, pelas latitudes  $-28^{\circ}, 20'$  e  $-29^{\circ}, 30'e$ , no eixo leste-oeste, pelas longitudes  $50^{\circ}, 20'$  e  $51^{\circ}, 50'$ .

Mas este é apenas um lado da moeda. O outro lado é que, ao transbordar da Serra, a produção vitícola passa a ocupar territórios com características edafoclimáticas e fundiárias distintas. O que abre espaço para a emergência de uma nova viticultura e, por extensão, de vinicultura igualmente distinta.

Este é o caso típico dos Campos de Cima da Serra, cujos terrenos menos acidentados, terras de maior fertilidade e menor custo unitário e estabelecimentos rurais de maior extensão e capitalização vem alimentando o desenvolvimento de uma vitivinicultura própria, crescentemente diferenciada do padrão especificamente serrano. O sentido desta diferenciação ainda não está plenamente determinado, mas ela parece ter dois vetores: 1) a produção em larga escala mas, simultaneamente, qualificada, de vinhos de mesa, explorando a elevadíssima produtividade das cultivares híbridas e americanas no território (em especial, da bordô) bem como as vantagens de escala da produção vitícola e de processamento e distribuição das vinícolas de maior porte sediadas no mesmo; e, 2) a identificação e seleção de cultivares de *vitis vinífera* mais adequadas ao microclima peculiar com vistas a produção de vinhos finos com identificação geográfica. Em suma: parece que se está buscando articular a produção de vinhos de mesa qualificados com a produção de vinhos finos diferenciados<sup>19</sup>. Neste sentido, os produtores da região já deram início ao processo de implantação da Indicação Geográfica regional.

O transbordamento “sul-sudoeste” do núcleo serrano envolve municípios dos Vales do Caí e do Taquari. Este transbordamento se dá, majoritariamente, na porção norte-nordeste destas duas regiões, que é limítrofe à Serra e que apresenta terrenos mais dobrados e particularmente propensos à agricultura permanente. Esta região apresenta produção elevada e (especialmente no Vale do Caí) emerge alguma diversificação em direção à produção de uva de mesa, que é voltada a um mercado específico e dissociado das redes serranas de processamento e comercialização. Não obstante, de forma geral, quer nos parecer que esta “periferia” ainda não conseguiu conquistar uma identidade própria (ao contrário dos Campos de Cima da Serra), e continua sendo, essencialmente, uma região influenciada pelo núcleo serrano.

Já o transbordamento da vitivinicultura serrana na direção noroeste é de qualidade distinta. Nesta região – que envolve a franja leste do Corede Produção (na divisa com a Serra), evoluindo para os Coredes Nordeste e Norte numa espécie de “trilha” em direção ao Médio Alto Uruguai – a estrutura fundiária é similar à serrana, vale dizer, é baseada na pequena propriedade e na agricultura familiar. Mas se a estrutura fundiária é a mesma, a topografia e a qualidade do solo alteram-se, ganhando heterogeneidade. Em particular, no movimento em direção ao chamado “Planalto”, perde-se a característica marcadamente acidentada da Serra, emergindo áreas mais planas e de solos de grande produtividade, às quais se interpõem áreas dobradas, de maior declividade e menor cobertura de solo. Desta heterogeneidade topográfica e na qualidade dos solos vai emergir uma vitivinicultura mais esparsa, menos intensiva e voltada a distintos fins (vinhos finos, vinhos de mesa e uvas de mesa).

É justamente da heterogeneidade do terreno e da dispersão relativa da produção que advém parcela expressiva das diferenças na quantificação da contribuição desta ampla região à produção vitícola gaúcha nas nossas três bases de dados. Uma breve mirada nos três mapas reproduzidos acima permite captar toda a expressão das diferenças que buscamos explicar na seção anterior. Enquanto o Mapa 1 - baseado no Cadastro Vitícola - mostra uma **“trilha” descontínua** entre a Serra e o Médio Alto Uruguai, em que alguns poucos municípios produtores estão cercados por municípios de produção vitícola insignificante; o Mapa 2 (baseado no Censo) mostra uma **trilha contínua** (ainda que sinuosa!) unindo os Coredes Serra, Produção, Nordeste, Norte e Médio Alto Uruguai; e o Mapa 3 (baseado na PAM) mostra um grande **“mar vermelho”** com algumas ilhas “brancas”: não há mais uma única trilha, mas diversas unindo a Serra ao Alto Uruguai.

Mais uma vez, porém, é preciso não confundir a “unidade visual” com a “identidade regional”. A despeito de unidas por uma ou mais “trilhas”, a análise dos dados revela a existência de algumas diferenças na estrutura e padrão produtivo das regiões Nordeste (onde a produção vitícola emerge na maior parte dos municípios, mas em volume discreto) e o Médio Alto Uruguai (que desponta como uma região com elevada dedicação à produção de uvas de mesa, com alguns municípios apresentando produção muito elevada e grande dedicação à viticultura). A produção do Corede Norte apresenta características intermediárias e não parece ter uma personalidade própria, específica. Mas, por isto mesmo, aprofunda a diversidade que caracteriza a “mancha vermelha” a noroeste da Serra. Neste Corede, estão presentes, simultaneamente, a produção de uvas



especiais para vinhos finos (com destaque para a *Merlot* e a *Goethe*), as diversas Niágaras (voltadas para mesa) e a Isabel (vinhos de mesa).

A diversidade de informação visual que os três mapas nos oferecem, sabemos agora, **não** deriva propriamente de erros ou falhas de uma base de dados por oposição à(s) outra(s), mas do fato de que cada uma delas resgata dimensões distintas da vitivinicultura gaúcha. Se tomamos por objeto a produção especificamente vitícola voltada à **vinicultura comercial**, a imagem que o Cadastro nos revela (a despeito de eventuais insuficiências) está essencialmente correta. Mas se tomamos a produção vitícola em seu sentido mais amplo – voltada **também** à produção de **mesa** e ao beneficiamento em cantinas da **agroindústria familiar** – as imagens reveladas pelo Censo e pela PAM ganham consistência.

A grande contribuição da PAM, que o Mapa 3 expressa tão bem, é a de revelar que a viticultura está mais espalhada do que se poderia perceber a partir apenas dos dados do Cadastro. E ela tem um potencial de crescimento, caso venha a ser devidamente apoiada. Não gratuitamente, é apenas neste Mapa – com base na PAM – que alcançamos visualizar uma sexta região vitivinícola na “Metade Norte” do Estado: a região nucleada pela Fronteira Noroeste (com ênfase em Santa Rosa e Tucunduva) e a participação de municípios do Corede Celeiro (com ênfase em Crissiumal) e Noroeste Colonial (com ênfase em Augusto Pestana e Ijuí). Nesta região colonial e multiétnica, a viticultura é uma produção tradicional, deitando raízes na ocupação missioneira. Mas só em anos recentes vem ganhando maior expressão mercantil, estimulada pela emergência de cooperativas vinícolas regionais.

Outro elemento comum aos três mapas é que todos revelam (ainda que com intensidade e clareza distinta) a existência de uma “faixa branca” separando o eixo vitícola norte-nordeste do eixo sul-sudoeste. Esta faixa está particularmente clara no Mapa 2. Ela segue aproximadamente a Depressão Central do Rio Grande do Sul e vai desde Porto Alegre até São Borja e os municípios da porção Sul das Missões e do norte da Fronteira Oeste. Esta longa faixa branca só é interrompida pela emergência de dois polos vitivinícolas aos quais já nos referimos na seção anterior: o polo da Região Central (em torno da Quarta Colônia) e o Polo do Vale do Jaguari (em especial, Cacequi e Jaguari).

Por fim, temos que analisar a mancha “vermelha” na porção sul-sudoeste do Estado. Esta mancha por vezes é identificada como sendo a “Região da Campanha”. Mas, em termos rigorosos a “mancha vermelha” que vemos nos três mapas (com distinta incidência de ilhas brancas) é irreduzível a tal classificação, como os próprios produtores locais, enólogos e pesquisadores da vitivinicultura brasileira reconhecem<sup>20</sup>. Na verdade, o termo “Campanha” comporta uma significação ambígua. Em um sentido mais amplo e menos rigoroso, a Região da Campanha é identificada à toda Metade Sul do Estado, cuja formação histórica é marcada pela tradição pastoril e pelas lutas para a consolidação da fronteira. Não obstante, esta ampla região comporta notáveis diferenças geofísicas que vão se traduzir em distintos solos e *terroirs*.

Apenas uma parte (mais exatamente, a porção oeste) da mancha vermelha no sul dos três mapas acima corresponde à região da Campanha em sentido rigoroso, que se caracteriza por campos lisos, pouco acidentados, solos pouco espessos, mas facilmente aráveis, com poucas aflorações graníticas. Os municípios vitícolas onde predominam estas características morfológicas criaram a **Associação Vinhos da Campanha**, que é composta por Aceguá, Bagé, Candiota, Dom Pedrito, Hulha Negra e Lavras do Sul (situados no **Corede Campanha**) e Alegrete, Barra do Quaraí, Itaqui, Maçambará, Quaraí, Rosário do Sul, Santana do Livramento e Uruguaiiana (situados no **Corede Fronteira Oeste**).

Vale notar a ausência nesta associação do município de Caçapava do Sul a despeito do fato do mesmo: 1) pertencer ao **Corede Campanha** (situado em seu extremo norte); 2) ser um produtor vitícola de alguma expressão: ele está “pintado de vermelho” tanto no Mapa 1 (do Cadastro) quanto no Mapa 3 (da PAM). Ocorre, contudo, que, à despeito da inclusão formal deste município no Corede Campanha, a maior parte do seu território encontra-se na Serra do Sudeste, que se caracteriza por solos relativamente acidentados, com aflorações de pedras e de altitude média superior àquela que caracteriza a Campanha propriamente dita. Nesta região situa-se um núcleo vitícola diferenciado da Campanha e que vem ganhando expressão crescente em função da extraordinária qualidade de seu microclima. O centro deste núcleo vitivinícola é o município de Encruzilhada do Sul (do Corede Vale do Rio Pardo). Mas ele envolve, ainda, os municípios de Pinheiro Machado, Piratini e Canguçu (do Corede Sul) e Dom Feliciano (do Corede Centro-Sul). A despeito de Candiota fazer parte da Associação Vinhos da



Campanha, parcela expressiva deste município vitivinicultor (oriundo de Pinheiro Machado) apresenta solos e morfologias típicos da Serra do Sudeste. Diversos enólogos e *someliers* identificam o território do Escudo Rio-Grandense como o mais propício e promissor para a produção de vinhos de excepcional qualidade e para desenvolvimento de uma vitivinicultura de padrão “boutique”. Não gratuitamente, o “vinho brasileiro da Copa”, da Vinícola Lidio Carraro, é produzido em Encruzilhada do Sul<sup>21</sup>. Surpreendentemente, porém, ao contrário dos produtores da Campanha, as vinícolas da Serra do Sudeste ainda não alcançaram um padrão de organização e mobilização que lhes permitisse – por exemplo – buscar a merecida Identificação Geográfica. Aparentemente, esta dificuldade em se organizar conta com dois fundamentos: 1) o fato da maior parte das vinícolas que operam na região não serem originárias da mesma, mas terem suas sedes na Serra e em outros territórios, utilizando a Serra do Sudeste fundamentalmente como uma base de produção vitícola, mais do que de processamento vinícola; e 2) o fato de que a região mesma não ter uma identidade e um fórum político de planejamento de seu desenvolvimento: os principais municípios vitícolas do território encontram-se dispersos em quatro Coredes: Vale do Rio Pardo, Campanha, Sul e Centro-Sul.

**Em suma: neste passeio pelo Rio Grande do Sul, identificamos dez regiões vitivinícolas com identidade própria:**

- 1) **Serra**, que é o principal núcleo vitivinícola do Estado e verdadeiro polo articulador da cadeia;
- 2) **Campos de Cima da Serra**, caracterizada por microclima, padrões fundiários e padrões de organização da produção industrial altamente diferenciados;
- 3) a porção norte-nordeste dos Coredes **Vale do Caí e Vale do Taquari**, marcada pela integração subordinada à Serra, a despeito da expressiva e crescente produção de uvas para mesa;
- 4) a “trilha” envolvendo o leste do **Corede Produção** (de Vila Maria e Casca a Ciríaco), a porção sul e central da **Região Nordeste** (com ênfase em Lagoa Vermelha, Caseiros, Água Santa e Vila Lângaro) e a porção leste do **Corede Norte**, uma região marcada acima de tudo pela diversidade, com uma produção menos intensa que a Serra, mas muito espalhada, envolvendo desde produção de uva para mesa até vinhos finos em vinícolas *boutique*, passando por vinhos de mesa da agroindústria familiar;

- 5) **Médio Alto Uruguai** e adjacências, onde as terras marcadamente dobradas e a baixíssima concentração fundiária estimulam a especialização na agricultura permanente e onde emergem algumas áreas onde a dedicação à viticultura é similar à serrana, a despeito da maior especialização em viticultura de mesa;
- 6) a emergente região na intersecção da **Fronteira Noroeste, Noroeste Colonial e Celeiro** (e só visualizável no Mapa 3, com base na PAM);
- 7) a **Região Central**, organizada em torno da produção tradicional da Quarta Colônia e de novos agentes, explorando as terras de altitude de Itaara e a expressão econômica e logística de Santa Maria;
- 8) a região do **Vale do Jaguari**, de produção altamente tradicional e bastante concentrada nos municípios de Cacequi e Jaguari, mas que vêm transitando com muito sucesso da produção exclusiva de vinhos de mesa para a produção de vinhos finos;
- 9) a **Região da Campanha**, caracterizada pela produção majoritária de vinhos finos a partir de *vitis vinífera* e pela participação solidária de empresas estrangeiras, grandes empresas e cooperativas da região serrana, e vinícolas *boutique* geridas e controladas por produtores locais e organizadas na **Associação Vinhos da Campanha** que acaba de conquistar Indicação Geográfica;
- 10) a Região da **Serra do Sudeste**, no centro do Escudo Rio-Grandense, marcada por latitude, altitude, padrões morfológicos, pluviometria e qualidade de solo muito peculiares e particularmente adequados à produção vitivinícola e que tem se tornado uma importante base de produção de matéria-prima para vinhos finos, mas ainda não alcançou articular os agentes produtivos internos e definir um programa “identitário”.

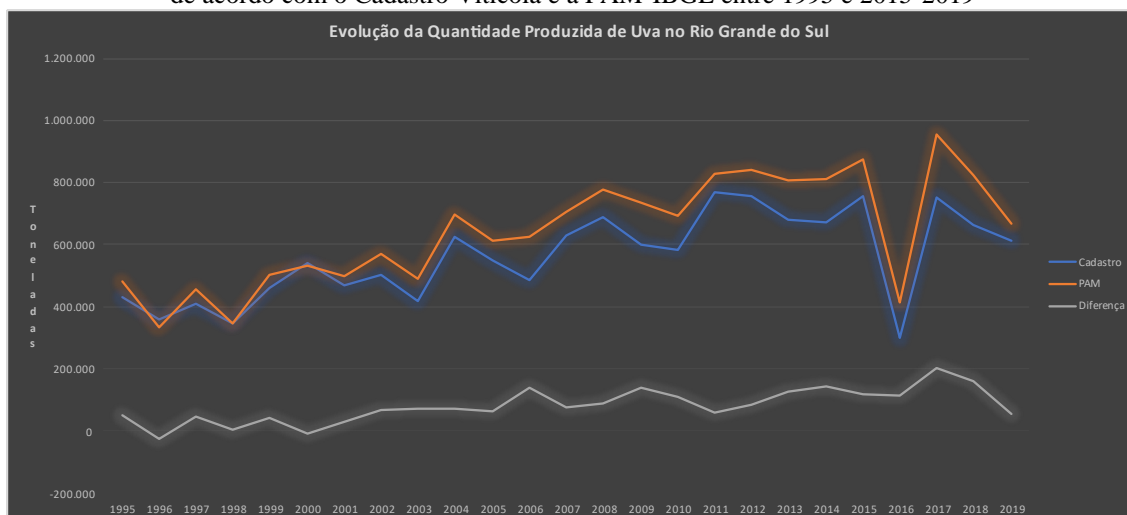
### 3.2 Dinâmica e tendências das distintas regiões vitivinícolas: uma aproximação com base no Cadastro Vitícola e na PAM

Mais de uma vez, ao longo deste texto, apontamos para a elevada concentração da produção vitivinícola na Serra gaúcha. Vimos também que quando tomamos por referência os dados da PAM – que dá um peso maior à produção de uvas de mesa e aquela que escapa ao controle dos órgãos de fiscalização e regulação do beneficiamento

industrial de uva – evidencia-se um maior espraiamento da vitivinicultura gaúcha. Vimos, por fim, que, a despeito das divergências nas bases de dados, as informações geradas por elas apresentam elevada correlação. Cabe agora avaliar o que estas bases nos dizem sobre as **tendências** da vitivinicultura gaúcha. O que nos interessa saber é se existe uma **tendência** à desconcentração espacial da produção ou à estabilização da participação relativa das principais regiões vitivinícolas na produção estadual.

Ora, uma análise de tendência deve estar baseada em informações organizadas em séries temporais relativamente longas e **contínuas**. As duas únicas fontes que trazem informações deste padrão são o Cadastro e a PAM. Nosso ponto de partida, portanto, deve ser a comparação da consistência destas duas bases no longo prazo.

Gráfico 1 - Comparação da Evolução da Quantidade Produzida de uva no RS de acordo com o Cadastro Vitícola e a PAM-IBGE entre 1995 e 2015-2019



No Gráfico 1, acima, comparamos a evolução da quantidade produzida do Estado segundo o Cadastro e a PAM. A convergência é notável e se expressa na correlação entre as duas bases informacionais que é extremamente elevada, da ordem de 0,964. Note-se que o Gráfico avança até 2019, a despeito do Cadastro Vitícola da Embrapa fornecer dados apenas até o ano de 2015. Os demais anos foram completados com as informações oriundas do SISDEVIN/SDA/RS. A maior instabilidade da PAM e a tendência à amplificação dos movimentos de expansão e quebra de safra do setor ficam bem evidentes nos primeiros anos da série. Entre 2005 e 2013 a PAM passa a apresentar um perfil evolutivo relativamente menos instável que o Cadastro. Mas na porção final a instabilidade maior da PAM volta a se manifestar. Este comportamento parece se explicar

pela “descoberta tardia”, por parte do Cadastro, de vinhedos situados em territórios de menor tradição vitivinícola. Quando tais territórios passam a ser computados com mais rigor, as informações sobre quantidade e área do Cadastro são impactadas pelos novos registros. De qualquer forma, a taxa média de expansão da vitivinicultura apontada pela PAM, no longo prazo é maior do que aquela identificada pelo Cadastro. Estes elementos ficam claros no Quadro 4, abaixo.

Quadro 4 - Análise Comparativa dos Dados da PAM-IBGE e do Cadastro Vitícola da Embrapa acerca da Quantidade Produzida Anual no RS, na Serra e no Resto do RS

Anos	PAM - IBGE				Cadastro Vitícola				COMPARAÇÃO: PAM-IBGE / Cadastro			
	RS	Serra	Resto RS	% Resto RS	RS	Serra	Resto RS	% Resto RS	RS	Serra	Resto RS	% Resto RS
1995	479.619	395.578	84.041	17,52%	430.289	407.189	23.101	5,37%	111,46%	97,15%	363,81%	12,15%
1996	333.638	286.658	46.980	14,08%	357.792	334.783	23.009	6,43%	93,25%	85,62%	204,18%	7,65%
1997	456.008	381.876	74.132	16,26%	409.415	384.619	24.796	6,06%	111,38%	99,29%	298,96%	10,20%
1998	348.368	281.660	66.708	19,15%	345.693	325.916	19.777	5,72%	100,77%	86,42%	337,31%	13,43%
1999	502.950	430.689	72.261	14,37%	460.941	437.185	23.756	5,15%	109,11%	98,51%	304,18%	9,21%
2000	532.553	447.760	84.793	15,92%	540.376	510.908	29.467	5,45%	98,55%	87,64%	287,75%	10,47%
2001	498.219	416.439	81.780	16,41%	469.647	438.913	30.733	6,54%	106,08%	94,88%	266,09%	9,87%
2002	570.181	472.994	97.187	17,04%	504.524	474.515	30.008	5,95%	113,01%	99,68%	323,87%	11,10%
2003	489.015	406.582	82.433	16,86%	417.642	392.565	25.077	6,00%	117,09%	103,57%	328,72%	10,85%
2004	696.599	575.068	121.531	17,45%	626.605	580.908	45.697	7,29%	111,17%	98,99%	265,95%	10,15%
2005	611.868	496.381	115.487	18,87%	549.040	498.441	50.598	9,22%	111,44%	99,59%	228,24%	9,66%
2006	623.878	491.019	132.859	21,30%	486.210	437.944	48.266	9,93%	128,31%	112,12%	275,26%	11,37%
2007	704.176	559.840	144.336	20,50%	627.930	568.905	59.025	9,40%	112,14%	98,41%	244,53%	11,10%
2008	776.964	621.256	155.708	20,04%	688.630	624.181	64.448	9,36%	112,83%	99,53%	241,60%	10,68%
2009	737.363	590.114	147.249	19,97%	598.483	540.971	57.512	9,61%	123,21%	109,08%	256,03%	10,36%
2010	694.518	551.821	142.697	20,55%	583.753	523.371	60.382	10,34%	118,97%	105,44%	236,32%	10,20%
2011	830.286	653.796	176.490	21,26%	770.902	690.904	79.998	10,38%	107,70%	94,63%	220,62%	10,88%
2012	840.251	659.629	180.622	21,50%	757.227	669.272	87.955	11,62%	110,96%	98,56%	205,36%	9,88%
2013	807.693	648.686	159.007	19,69%	682.194	608.365	73.829	10,82%	118,40%	106,63%	215,37%	8,86%
2014	812.517	639.269	173.248	21,32%	670.584	596.739	73.845	11,01%	121,17%	107,13%	234,61%	10,31%
2015	876.215	698.530	177.685	20,28%	758.230	676.270	81.961	10,81%	115,56%	103,29%	216,79%	9,47%
Média 95-98	404.408	336.443	67.965	16,81%	385.798	363.127	22.671	5,88%	104,82%	92,65%	299,79%	10,93%
Média 12-15	834.169	661.529	172.641	20,70%	717.059	637.661	79.397	11,07%	116,33%	103,74%	217,44%	9,62%
Var Tot	106,27%	96,62%	154,01%	X	85,86%	75,60%	250,22%	X	X	X	X	X
Var Na	4,63%	4,32%	6,00%	X	3,95%	3,58%	8,15%	X	X	X	X	X
Dev Pad	164.911	123.465	42.628	2,34%	132.483	111.179	22.818	2,28%	8,15%	7,01%	46,89%	1,19%
Média Tot	629.661	509.793	119.868	18,59%	558.862	510.613	48.250	8,21%	112,03%	99,34%	264,55%	10,37%
Coef Var	26,19%	24,22%	35,56%	12,59%	23,71%	21,77%	47,29%	27,71%	7,28%	7,06%	17,73%	11,43%
Correl T	1,0000	0,9976	0,9793	0,7709	0,9724	0,9625	0,9559	0,8760	0,5518	0,5677	-0,6318	-0,1594
Correl da evolução das mesmas variáveis nas duas bases					0,9724	0,9678	0,9760	0,8685	X	X	X	X

FDB: Cadastro Vitícola do RS - 2013-2015 (Embrapa); Produção Pecuária Municipal (IBGE)

Com vistas a testar a hipótese de que a variabilidade da informação da PAM é maior quando tomamos o conjunto da produção, mas o Cadastro é mais instável na avaliação da produção das regiões novas, decidimos dividir o RS em duas sub-regiões. Como os dados mais antigos da série são de meados dos anos 90, qualquer caracterização de “região consolidada” para além da Serra conteria arbitrariedade. Assim, o RS foi dividido em apenas duas regiões: “Serra” e “Resto do RS”.

O primeiro a observar sobre os resultados do Quadro 4 é que a taxa de crescimento da produção identificada pela PAM é significativamente superior à taxa de expansão identificada pelo Cadastro: 106,27% (4,63% a.a.) versus 85,86% (3,95% a.a.). Ambas as bases convergem ao atribuírem um crescimento maior ao “Resto do RS” do que à Serra,

vale dizer: ambas reconhecem o espraiamento. Mas há diferenças. De acordo com a PAM, a produção da Serra teria crescido em 96,62% enquanto a produção da “Não-Serra” teria aumentado em 150,01%. Já para o Cadastro, a produção da Serra cresceu apenas 75,6% enquanto a produção da “Não-Serra” teria crescido em 250,22%. Esta diferença espelha, em parte, a subestimação da produção na “Não-Serra” por parte do Cadastro nos anos iniciais da série. Mas isto não é tudo. Não explica a notável diferença de avaliação das duas bases acerca da variação da produção **total** e, em especial, da performance inferior da **Serra**. Note-se que os valores de PAM e Cadastro são muito próximos até o início do século XXI. Em 1999 a avaliação da PAM é, inclusive, inferior à do Cadastro para a produção do conjunto do Estado. Mas este é o último ano em que isto ocorre.

Para testar a hipótese de maior instabilidade dos dados da PAM, de que esta base “amplificaria” os anos bons e os anos maus, calculamos o desvio-padrão da produção do RS, da Serra e do Resto do RS de acordo com a PAM e o Cadastro. Como se sabe, esta medida estatística é, justamente, um indicador da variância (vale dizer, da menor ou maior estabilidade) da variável. E como seria de se esperar **a PAM apresentou valores mais elevados de desvio-padrão para os três territórios**. Buscando o máximo de rigor na comparação calculamos a média das 6 séries e o coeficiente de variação das mesmas<sup>22</sup>. Mais uma vez, ficou confirmado que a PAM é mais instável na avaliação da produção de todo o RS e na produção da Serra. Porém, como a PAM tem uma avaliação superior da produção do “Resto do RS” desde o início da série, a média da “Não-Serra” na PAM é muito maior do que a “Não-Serra” do Cadastro, resultando numa inversão: para o “Resto do RS”, o coeficiente de variação do Cadastro é superior ao da PAM (35,56% versus 47,29%).

Por fim, ficou evidenciado que não só a correlação entre ambas as séries é elevadíssima como elas convergem ao longo do tempo no quesito “espraiamento”. É isto que se vê nas últimas colunas do Quadro, onde é feita a comparação dos dados da PAM e do Cadastro. No início da série, os valores atribuídos pela PAM à produção da “Não-Serra” superavam os valores do Cadastro em mais de três vezes. Ao final da série, a diferença cai para algo em torno de duas vezes. As duas únicas correlações negativas dos valores com o tempo são, justamente, as correlações referidas à participação do “Resto do RS” no produto total.

Estes sinais de convergência nos permitem trabalhar simultaneamente com as duas séries, procurando entender uma através da outra. Mais exatamente, buscaremos explorar aqueles elementos que estão presentes **em apenas uma** de cada uma das duas bases informacionais com vistas a identificar as **alterações qualitativas na distribuição espacial** da produção vitivinícola do RS. Já vimos que estas alterações são discretas quando tomamos exclusivamente a **quantidade produzida** total. Desta perspectiva, a concentração da produção na Serra mostra-se persistente, e a tendência ao espraiamento, a despeito de confirmada, é de forma muito discreta e paulatina. **Mas nem só de “toneladas” vive um complexo industrial.** Temos que analisar, também, a evolução do **Valor Bruto da Produção** vitícola (informação fornecida exclusivamente pela PAM numa série longa e contínua) e a evolução da especialização territorial em termos de castas e cultivares (informação fornecida exclusivamente pelo Cadastro Vitícola).

Nosso ponto de partida será a evolução da participação do VBP entre os Coredes no período entre 1995 e 2019. O Quadro 5, abaixo, sintetiza esta evolução.

Quadro 5 - Evolução do Valor Bruto de Produção e do Preço da Uva no RS e nos Coredes – PAM

TERRITÓRIO	VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (EM R\$ DE 2016)				PARTICIPAÇÃO DOS COREDES NO RS			PREÇO UVA (R\$ POR TON) (EM R\$ DE 2016)		
	MÉDIA DOS ANOS 1995-2001 (A)	MÉDIA DOS ANOS 2013-2019 (B)	DIFERENÇA ABSOLUTAS (C = B - A)	Tx Var C / A	Período Inicial	Período Final	Na variação entre os períodos	Período Inicial	Período Final	VAR entre os períodos
RIO GRANDE DO SUL	R\$ 705.791,64	R\$ 934.602,36	R\$ 228.810,73	32,42%	100,00%	100,00%	100,00%	R\$ 1.567,75	R\$ 1.221,07	-R\$ 346,68
Serra	<b>R\$ 559.207,00</b>	<b>R\$ 648.011,63</b>	<b>R\$ 88.804,63</b>	<b>15,88%</b>	<b>79,23%</b>	<b>69,34%</b>	<b>38,81%</b>	<b>R\$ 1.482,38</b>	<b>R\$ 1.063,90</b>	<b>-R\$ 418,47</b>
Campos de Cima da Serra	R\$ 15.449,27	R\$ 38.758,13	R\$ 23.308,86	150,87%	2,19%	4,15%	10,19%	R\$ 1.775,87	R\$ 1.230,85	-R\$ 545,02
Vale do Taquari	R\$ 16.569,88	R\$ 25.619,34	R\$ 9.049,46	54,61%	2,35%	2,74%	3,95%	R\$ 1.675,95	R\$ 1.242,01	-R\$ 433,94
Médio Alto Uruguai	R\$ 7.695,62	R\$ 26.416,40	R\$ 18.720,78	243,27%	1,09%	2,83%	8,18%	R\$ 2.695,76	R\$ 1.958,91	-R\$ 736,85
Norte	R\$ 12.715,86	R\$ 21.925,99	R\$ 9.210,14	72,43%	1,80%	2,35%	4,03%	R\$ 2.385,14	R\$ 2.027,23	-R\$ 357,90
Nordeste	R\$ 6.723,70	R\$ 14.675,53	R\$ 7.951,83	118,27%	0,95%	1,57%	3,48%	R\$ 1.728,71	R\$ 1.584,78	-R\$ 143,93
Vale do Caí	R\$ 6.148,10	R\$ 15.899,49	R\$ 9.751,39	158,61%	0,87%	1,70%	4,26%	R\$ 1.686,39	R\$ 1.787,98	R\$ 101,59
Vale do Rio Pardo	R\$ 3.447,33	R\$ 20.885,40	R\$ 17.438,07	505,84%	0,49%	2,23%	7,62%	R\$ 1.732,45	R\$ 2.459,17	R\$ 726,72
Fronteira Oeste	R\$ 7.482,69	R\$ 19.160,41	R\$ 11.677,72	156,06%	1,06%	2,05%	5,10%	R\$ 1.641,30	R\$ 2.345,26	R\$ 703,96
Produção	R\$ 16.530,51	R\$ 11.417,21	-R\$ 5.113,30	-30,93%	2,34%	1,22%	-2,23%	R\$ 2.439,21	R\$ 1.899,75	-R\$ 539,46
Fronteira Noroeste	R\$ 5.636,24	R\$ 15.552,57	R\$ 9.916,34	175,94%	0,80%	1,66%	4,33%	R\$ 2.779,99	R\$ 2.937,14	R\$ 157,15
Rio da Várzea	R\$ 7.107,08	R\$ 8.484,34	R\$ 1.377,27	19,38%	1,01%	0,91%	0,60%	R\$ 1.627,72	R\$ 1.865,45	R\$ 237,74
Central	R\$ 5.124,37	R\$ 9.291,65	R\$ 4.167,28	81,32%	0,73%	0,99%	1,82%	R\$ 2.077,77	R\$ 2.429,55	R\$ 351,78
Campanha	R\$ 1.596,74	R\$ 9.527,37	R\$ 7.930,64	496,68%	0,23%	1,02%	3,47%	R\$ 2.050,36	R\$ 2.493,42	R\$ 1.643,06
Hortênsias	R\$ 2.202,89	R\$ 5.262,93	R\$ 3.060,03	138,91%	0,31%	0,56%	1,34%	R\$ 1.587,10	R\$ 1.745,83	R\$ 158,73
Paranhana Encosta da Serra	R\$ 5.336,78	R\$ 6.724,73	R\$ 1.387,94	26,01%	0,76%	0,72%	0,61%	R\$ 2.579,76	R\$ 2.283,44	-R\$ 296,32
Vale do Jaguarí	R\$ 1.690,51	R\$ 6.241,74	R\$ 4.551,23	269,22%	0,24%	0,67%	1,99%	R\$ 1.357,68	R\$ 2.123,56	R\$ 765,87
Celeiro	R\$ 8.030,82	R\$ 3.789,10	-R\$ 4.241,72	-52,82%	1,14%	0,41%	-1,85%	R\$ 3.228,01	R\$ 1.856,23	-R\$ 1.371,78
Missões	R\$ 4.342,58	R\$ 4.540,97	R\$ 198,39	4,57%	0,62%	0,49%	0,09%	R\$ 2.774,05	R\$ 2.439,32	-R\$ 334,73
Noroeste Colonial	R\$ 5.597,38	R\$ 5.405,50	-R\$ 191,88	-3,43%	0,79%	0,58%	-0,08%	R\$ 2.833,91	R\$ 2.997,11	R\$ 163,20
Sul	R\$ 693,20	R\$ 3.888,43	R\$ 3.195,23	460,94%	0,10%	0,42%	1,40%	R\$ 1.184,95	R\$ 2.620,99	R\$ 1.436,04
Centro Sul	R\$ 385,45	R\$ 3.066,65	R\$ 2.681,20	695,59%	0,05%	0,33%	1,17%	R\$ 1.464,02	R\$ 2.389,42	R\$ 925,41
Alto da Serra do Botucaraí	R\$ 1.838,16	R\$ 2.585,78	R\$ 747,62	40,67%	0,26%	0,28%	0,33%	R\$ 1.924,78	R\$ 2.099,09	R\$ 174,32
Vale do Rio dos Sinos	R\$ 1.643,88	R\$ 2.312,18	R\$ 668,30	40,65%	0,23%	0,25%	0,29%	R\$ 2.501,01	R\$ 2.894,88	R\$ 393,87
Jacui Centro	R\$ 606,68	R\$ 1.606,48	R\$ 999,81	164,80%	0,09%	0,17%	0,44%	R\$ 1.934,73	R\$ 2.193,79	R\$ 259,06
Alto Jacuí	R\$ 1.395,20	R\$ 1.489,76	R\$ 94,56	6,78%	0,20%	0,16%	0,04%	R\$ 2.261,79	R\$ 2.428,58	R\$ 166,79
Litoral	R\$ 225,88	R\$ 1.038,31	R\$ 812,43	359,66%	0,03%	0,11%	0,36%	R\$ 1.046,45	R\$ 2.467,14	R\$ 1.420,68
Metropolitano Delta do Jacuí	R\$ 433,12	R\$ 1.044,00	R\$ 610,88	141,04%	0,06%	0,11%	0,27%	R\$ 1.745,44	R\$ 2.575,06	R\$ 829,62

FDB: Pesquisa Produção Agrícola Municipal (IBGE)

O primeiro a observar é que os valores coletados junto à PAM foram atualizados tomando por base o ano de 2016. O indexador utilizado foi o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA). Uma alternativa, seria tomar por indexador o Deflator

Implícito do VAB Agropecuário (nacional ou estadual). Optamos pelo IPCA com base na hipótese de que os custos de produção (que informam o valor do Consumo Intermediário) seriam relativamente homogêneos e, portanto, o VBP torna-se uma *proxy* do Valor Agregado Bruto, vale dizer, dos rendimentos dos agentes envolvidos na produção vitícola. E o melhor indexador para estes rendimentos seria o IPCA<sup>23</sup>. Além disso, é importante entender que **não** tomamos como **período inicial** e **final** de análise um ano específico, com vistas a driblar o problema da **instabilidade** da quantidade produzida e do valor da produção que caracteriza a viticultura, que é profundamente influenciada pelas condições climáticas. Por oposição, tomamos a **média** dos sete primeiros anos da série (1995-2001) e os sete últimos anos com informações disponíveis (2013-2019). Quais são os principais resultados que extraímos da análise dos dados?

A primeira informação é que o VBP total real (descontada a inflação) do setor cresceu em aproximadamente um terço (32,42%) ao longo das duas décadas consideradas<sup>24</sup>. Esta variação foi inferior à variação da quantidade produzida em toneladas a qual, de acordo com a PAM correspondeu a 70,01% no mesmo período<sup>25</sup>. A diferença se explica pela queda do preço médio **real** da tonelada de uva entre o período inicial e final da série, em torno de -22,11%. Mais uma vez é importante frisar que esta variação **não** corresponde à variação de dois anos determinados, específicos. É possível e provável - dada a típica instabilidade na quantidade e na qualidade da produção vitícola a cada ano, bem como da influência sobre seus preços da demanda **interna** por vinhos e derivados **nacionais** e, por extensão, da taxa de câmbio – que os preços **atuais** nos anos finais da série tenham flutuado em torno desta tendência. Não obstante a PAM mostra uma **tendência** a ganhos de **produtividade** que estariam sendo, pelo menos em parte, **repassados para os preços da matéria-prima** do CASUV.

A informação mais relevante e portadora de maior novidade presente no Quadro 5, contudo, é outra: trata-se das expressivas diferenças na contribuição (e apropriação!) das regiões na ampliação do VBP. Em termos absolutos – como de praxe – a Serra foi o território que apresentou o maior ganho em valor: em torno de 90 milhões de reais de 2016. Mas **a taxa de crescimento do valor bruto da viticultura serrana não chegou à metade da taxa de crescimento do RS como um todo: 15,88% diante de 32,42%**. As regiões que apresentaram as taxas mais elevadas de crescimento em valor foram: 1) a **Serra do Sudeste**, representada no Quadro 5 pelos Coredes Vale do Rio Pardo



(505,84%), Centro-Sul (695,59%) e Sul (460,94%)<sup>26</sup>; 2) a Campanha, com 496,68% de ganho em valor; 3) o Médio Alto Uruguai, com 243,27% de crescimento; 4) Vale do Jaguari, com 269,22% de crescimento; 5) Fronteira Noroeste, com 175,94% de variação; 6) Vale do Caí, com 158,61% de expansão; 7) a Fronteira Oeste, com 156,06% de crescimento; e 8) Campos de Cima da Serra, com 150,87% de variação. Em conjunto as regiões referidas acima tiveram 39,53% dos 300 milhões de reais (a preços de 2016!) acrescidos ao valor da produção vitícola, enquanto a Serra se apropriou de 38,81%.

Uma parcela não desprezível das diferenças no processo de apropriação do Valor Bruto da Produção está associada às notáveis diferenças na evolução do preço médio da tonelada de uva por território. Para que se entenda este ponto é importante retomar uma observação que fizemos na segunda seção ao apresentarmos os limites e potencialidades informacionais da PAM. O preço aqui representado advém da **avaliação** que um conjunto determinado e limitado de técnicos informantes por município fazem do preço das principais culturas agrícolas de cada município. A acurácia desta informação é bastante variada. Ela é incomparavelmente menor para um território como o Litoral – onde um único município produz uva (Três Forquilhas) e em pequena quantidade – do que para a Serra – onde a viticultura é expressiva e objeto de estudos acurados e onde preço por tonelada registrado na PAM advém da avaliação de um número expressivo de informantes que trabalham sobre o tema em distintos municípios da região. Neste caso, os erros (associados a sobrestimação e subestimação) tendem a se anular e a convergir para a média efetiva. É neste sentido que tomamos a informação acima. Ela é apenas uma referência; que será, tão mais acurada, quanto maior for o grau de especialização vitícola do território. Posto isto, analisemos os dados.

A despeito do preço médio **real** (vale dizer, o preço após descontar a inflação!) da tonelada de uva haver **caído** na Serra (-28,23%) e no Rio Grande do Sul como um todo (-22,11%), este mesmo preço **subiu** (e algumas vezes de forma expressiva!) na maior parte dos territórios referidos acima. Em especial, o valor da tonelada de uva apresentou ganhos expressivos na Campanha e nas regiões que, em conjunto, compõem o território da Serra do Sudeste (Vale do Rio Pardo, Sul e Centro Sul). Igualmente bem, o preço da tonelada de uva se elevou de forma expressiva no Vale do Jaguari, na Fronteira Oeste e na Região Central. Tal como veremos logo adiante, **esta evolução “dissonante” de preços nos territórios referidos está associada à especialização dos mesmos na**

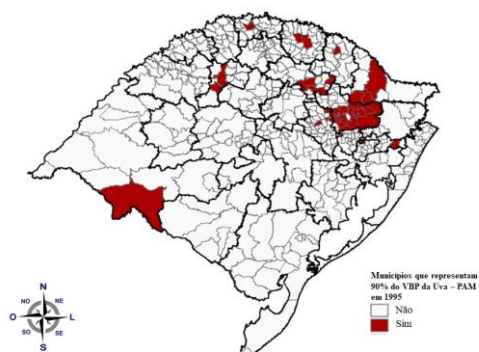


**produção de *vitis vinífera*.** Esta especialização vitícola reflete o privilegiamento da **produção de vinhos finos**, o que - mais do que solicitar - impõe a qualificação crescente dos parreirais e da matéria-prima e, por extensão, do valor pago à mesma.

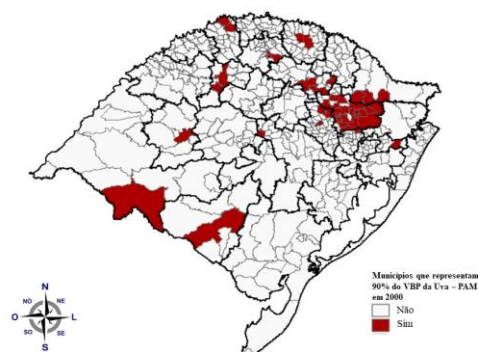
Mas esta explicação é apenas uma parte do transcorrido, não dá conta de toda a dinâmica que o quadro nos apresenta. Ela não explica o expressivo ganho de participação no VBP total do RS de Campos de Cima da Serra (de 2,19% para 4,15%) e do Médio Alto Uruguai (de 1,09% para 2,83%). Afinal, o preço médio real da tonelada da uva caiu nestas duas regiões a uma taxa mais elevada do que na média do Rio Grande do Sul e na região serrana (-30,69% e -27,33%, respectivamente). **No caso destes dois Coredes, os ganhos na participação do VBP estão associados ao extraordinário crescimento da quantidade produzida: 261,96% nos Campos de Cima da Serra e 372,39% no Médio Alto Uruguai.** E, em ambos os casos, o movimento contraditório entre quantidade e preço parece estar associado a estratégia de lideranças empresariais e políticas nas duas regiões no sentido de ir além dos nichos tradicionais (vinhos finos, no caso de Campos da Serra e uvas de mesa, no caso do Alto Uruguai) e ampliar a participação na produção de vinhos de mesa e suco de uva.

Malgrado as diferenças de rota e de opção estratégica e especialização, o que temos é uma história de “Espraiamento do VBP”. Ele é facilmente apreensível no conjunto de Mapas reproduzidos abaixo (do mapa 4 ao mapa 13, pode-se ter melhor visualização no anexo cartográfico). Em cada um deles, reproduzimos os municípios que, em conjunto, eram responsáveis por 90% do Valor Bruto da Produção Vitícola no RS em distintos anos, a começar por 1995 e concluindo por 2019. A visualização destes mapas fala por si mesma.

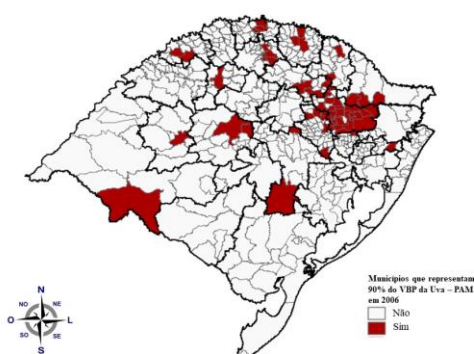
## Conjunto de Mapas



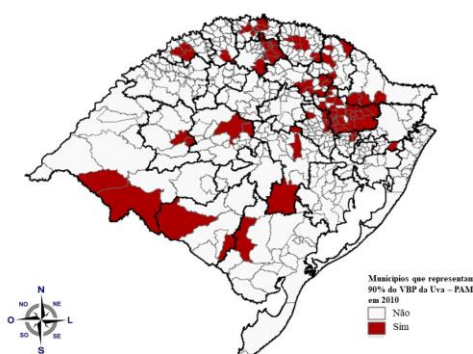
Mapa 4 - 90% do VBP em 1995



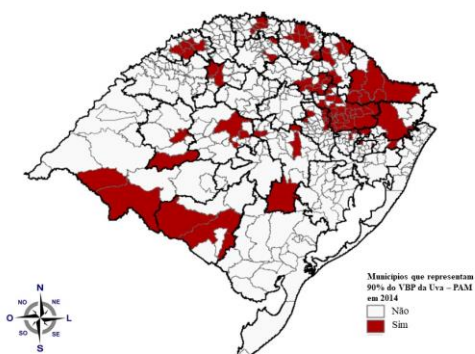
Mapa 5 - 90% do VBP em 2000



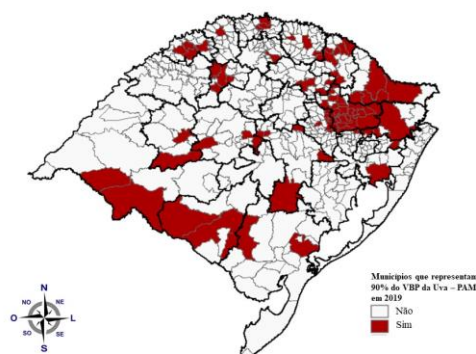
Mapa 6 - 90% do VBP em 2006



Mapa 7 - 90% do VBP em 2010



Mapa 8 - 90% do VBP em 2014



Mapa 9 - 90% do VBP em 2019

O Mapa 4 mostra os municípios responsáveis por 90% do VBP vitícola em 1995. Os demais, em ordem numérica, expressam a mesma ideia nos anos 2000 (Mapa 5), 2006 (Mapa 6), 2010 (Mapa 7), 2014 (Mapa 8) e 2019 (Mapa 9). No primeiro Mapa deste conjunto, a produção vitícola ainda estava concentrada na Serra e mesmo o “transbordamento” serrano era limitado a alguns poucos municípios de Campos de Cima da Serra e ao Vale do Taquari. No restante do Estado, emergiam “ilhas vermelhas”

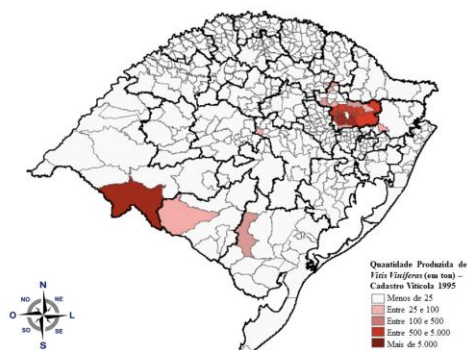
cercadas de “branco” por todos os lados. Na Metade Sul, constavam apenas 3 municípios do conjunto: Santana do Livramento, Encruzilhada do Sul e Jaguarí.

Esse quadro vai mudando a cada lustro que passa, com a ampliação crescente do número de municípios e regiões incluídas. Em 1995, eram 36 municípios; em 2000, o número aumenta para 45; em 2006, para 60; em 2010, para 83; em 2014, para 93; e em 2019, para 87. Note-se que o ano de 2019 foi um ano peculiar, com uma safra abaixo do normal. Este ano só não ficou marcado na memória como um ano particularmente ruim pela proximidade com o catastrófico ano de 2016. De qualquer forma, a discreta redução do número de municípios responsáveis pela produção de 90% do VBP não pode ser tomada como um movimento tendencial. Mesmo neste ano ruim, o movimento de espraiamento persiste em direção à Metade Sul, com o crescimento da produção em Municípios como São Pedro do Sul e Pelotas, que retoma sua tradição na fruticultura apostando, agora no cultivo da videira.

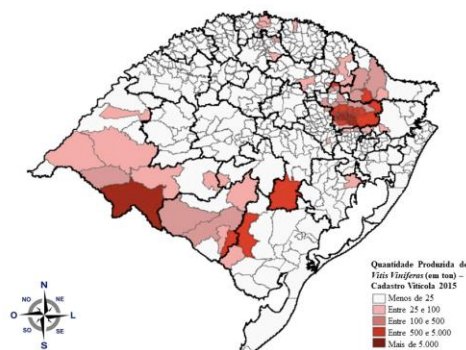
Tal como já nos referimos acima, este movimento de espraiamento no **valor da produção** se faz acompanhar – malgrado as exceções de Campos de Cima da Serra e Médio Alto Uruguai – por um processo de crescente espraiamento da produção de castas e cultivares de *vitis vinífera* voltadas à produção de vinhos finos, com maior agregação de valor. Este processo está revelado nos dois Mapas abaixo.

Os Mapas 10 e 11, na parte superior do conjunto abaixo, apresentam a distribuição hierarquizada da produção de *vitis vinífera* em 1995 e em 2015, respectivamente. Os municípios coloridos com vermelho escuro produzem mais de 5.000 toneladas e os municípios com rosa claro produzem entre 25 e 100 toneladas. Em 1995, apenas Santana do Livramento apresentava uma produção expressiva na Metade Sul. E este município era acompanhado apenas por Dom Pedrito e Pinheiro Machado na produção de *vitis vinífera*, sendo que os dois últimos produziam menos de uma centena de toneladas. A produção de uvas para vinhos finos estava concentrada em Bento Gonçalves, Caxias do Sul e arredores. Em 2015, 17 municípios da Metade Sul produzem *vitis vinífera*, sendo que Encruzilhada do Sul, Pinheiro Machado e Candiota produzem entre 500 e 5.000 toneladas cada um e Bagé, Dom Pedrito e Quaraí produzem entre 100 e 500 toneladas ano. Ao mesmo tempo, a “mancha vermelha” no norte do Estado se espalha, avançando em

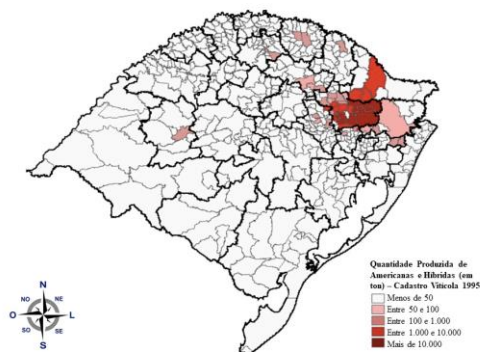
direção aos Campos de Cima da Serra, Nordeste e Vale do Caí, enquanto emergem “ilhas de produção” nos Coredes Norte, Médio Alto Uruguai, Hortênsias e Celeiro.



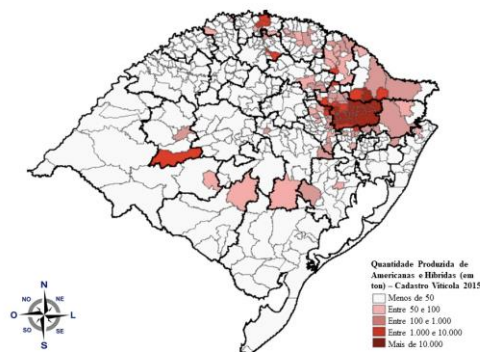
Mapa 10 - Viníferas em 1995



Mapa 11 - Viníferas em 2015



Mapa 12 - Americanas e Híbridas em 1995



Mapa 13 - Americanas e Híbridas em 2015

Os Mapas 12 e 13 expressam a produção de cultivares americanas e híbridas em 1995 e 2015. Como estas cultivares respondem por mais de 90% do volume total da produção (mais exatamente, por 90,28% do total em 2015), a escala adotada nestes mapas é distinta. Em vermelho escuro estão os municípios que produzem mais de 10.000 toneladas, e o rosa claro é usado para representar os municípios que produzem entre 50 e 100 toneladas. Tal como nos Mapas anteriores (10 e 11) o movimento de espraiamento da produção também é facilmente observado. Mas ele é distinto. Desde logo, ele não compromete de forma expressiva as principais regiões vitícolas da Metade Sul. O único município com produção expressiva em 2015, de acordo com o Cadastro Vitícola da

Embrapa, era Cacequi, com uma produção inferior a 10.000 toneladas. No caso das cultivares americanas e híbrida o movimento de espraçamento segue o sentido noroeste, avançando em particular sobre as regiões Nordeste, Norte e Médio Alto Uruguai. Nesta última região – coerentemente com o diagnóstico da PAM – emergem municípios com produção entre 1.000 e 10.000 toneladas. O que está longe de ser trivial dada as exíguas dimensões que caracterizam os municípios situados no extremo norte do Estado, ao sul do Rio Uruguai.

**Em suma: o movimento de espraçamento geoeconômico do CASUV-RS é inquestionável e irretorquível.** Ele já se manifesta na análise das quantidades produzidas nas duas bases de dados (Quadro 4). Mas ele é ainda maior do que a avaliação meramente quantitativa revela. Quando fazemos uma análise de **valor da produção** e de especialização qualitativa, este movimento revela-se em toda a sua importância e radicalidade. Do nosso ponto de vista, é estratégico trazer à luz estas dimensões. Seja para disseminar e aprofundar a compreensão de empresários, lideranças do setor e gestores públicos de que o CASUV é, de fato, um complexo econômico que cobre todo o território do Estado, seja para alimentar a reflexão coletiva sobre os rumos tomados e a necessidade (ou não) de planejamento com vistas à inflexão do sentido do movimento.

#### **4 A Distribuição Espacial das Atividades Industriais do CASUV-RS: estrutura atual e tendências manifestas**

Tal como observamos anteriormente, a base de dados disponível para análise da estrutura atual e dispersão regional das atividades urbanas do CASUV-RS é ainda mais limitada que as bases que nos serviram de referência para a construção do diagnóstico e espacialização da produção rural (vitícola). **Atualmente, contamos tão somente com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do MTE, e com sua base associada, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).** Esta base subestima o emprego total, na medida em que está referida exclusivamente ao emprego formal e – a despeito do CAGED - não alcança contabilizar rigorosamente a evolução do emprego

naqueles setores que – como a vitivinicultura – são marcados por elevada sazonalidade. Não obstante, é a única que temos: vamos procurar extrair o máximo de suas informações.

O Quadro 6 apresenta a evolução do emprego total em **estabelecimentos voltados à fabricação de vinho** entre 2006 e 2019 no Rio Grande do Sul. Vale observar que esta alínea da RAIS não esgota o emprego em empresas voltadas ao processamento industrial da uva. Dado que o cadastramento de uma empresa junto ao Ministério do Trabalho e Emprego admite a eleição de três funções distintas, é possível (e até provável) que algumas das empresas industriais processadoras de uva no RS estejam cadastradas como processadoras de suco. O problema é que nesta alínea – “Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes” – não há como distinguir empresas voltadas ao processamento de uva daquelas que se voltam primordialmente ou exclusivamente ao processamento de outras matérias-primas vegetais (seja laranja, pêssego, cenoura, beterraba; o leque de possibilidade é muito grande). Dado isto, analisemos o Quadro 6.

Segundo o Quadro 6, está havendo uma contínua – ainda que lenta e discreta – elevação do número de trabalhadores em vinícolas entre 2006 e 2019. No início da série, o número de empregados era de 2.331, passando a 3.097 em 2019, um crescimento de 32,86% em 13 anos. Em termos absolutos, o emprego na Serra foi o que mais cresceu: 583 empregados dos 766 novos ocupados. Em termos relativos, destaca-se a Campanha, que passa de 1 empregado formal para 86, crescendo a ocupação em notáveis 8.500% no período. Destacam-se, ainda, Médio Alto Uruguai (variação de 1.800%), Campos de Cima da Serra (137,33%) e Hortênsias (193,33%). Pelo lado negativo, diminui o emprego na Fronteira Oeste (-27,48%). Mas também há perdas ao longo do tempo na Região Norte e, em menor grau, nas Missões e no Nordeste. Como regra geral, os Coredes apresentam uma correlação positiva entre emprego e passagem do tempo, indicando que a maior parte comunga do processo de expansão.



Quadro 6 - Evolução do Número de Empregados na Fabricação de Vinho no RS e Coredes (2006/19)

Território	NÚMERO DE EMPREGADOS EM 31/12 EM CADA ANO														
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Correl
RIO GRANDE DO SUL	2.331	2.402	2.158	2.508	2.571	2.847	2.849	2.871	3.159	3.183	2.887	2.949	2.969	3.097	0,856
Serra	1.945	1.975	1.952	2.092	2.184	2.361	2.335	2.333	2.655	2.738	2.434	2.475	2.520	2.528	0,862
Campos de Cima da Serra	75	89	81	99	113	115	127	130	132	140	114	107	107	178	0,719
Fronteira Oeste	194	204	30	219	157	171	202	197	180	115	150	170	127	140	- 0,181
Campanha	1	7	12	13	14	83	74	88	61	58	58	62	58	86	0,751
Hortênsias	15	17	16	18	19	21	27	25	26	24	25	33	44	44	0,899
Vale do Jaguarí	25	25	27	29	29	33	32	32	36	35	37	42	41	40	0,971
Médio Alto Uruguai	1	1	1	0	0	0	0	3	5	6	7	11	12	19	0,860
Sul	3	2	4	0	4	7	8	11	12	11	9	9	8	9	0,756
Centro Sul	4	6	2	8	13	12	12	19	18	27	23	9	7	7	0,390
Paranhana Encosta da Serra	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	6	6	0,547
Vale do Caí	0	0	0	2	3	5	5	6	7	5	9	9	11	6	0,902
Vale do Rio Pardo	5	5	5	4	2	4	6	4	3	3	3	3	5	5	- 0,201
Central	3	1	3	3	7	6	4	7	5	4	3	2	3	5	0,123
Rio da Várzea	0	0	1	1	7	8	7	6	6	6	4	5	4	5	0,519
Norte	50	48	1	1	2	2	0	0	2	2	3	4	3	4	- 0,565
Celeiro	1	3	1	1	1	0	0	2	2	3	2	3	4	4	0,644
Vale do Taquari	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0,365
Produção	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	4	3	0,621
Missões	2	2	3	3	3	2	1	1	1	1	1	1	1	1	- 0,754
Fronteira Noroeste	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	- 0,238
Metropolitano Delta do Jacuí	0	3	3	3	3	3	2	1	1	1	1	1	1	1	- 0,499
Alto Jacuí	0	2	2	1	2	2	2	1	2	2	2	2	2	1	0,276
Nordeste	4	6	6	4	3	4	3	3	3	0	0	0	1	0	- 0,892
Vale do Rio dos Sinos	0	3	4	4	4	6	0	0	0	0	0	0	0	0	- 0,571
Litoral	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Noroeste Colonial	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	- 0,365
Jacui Centro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Alto da Serra do Botucaraí	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

FDB: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - MTE

Não obstante, tal processo não tem sido suficientemente acelerado para evidenciar uma perda expressiva de participação da Serra no emprego total. A participação da Serra no início do período girava em torno de 85% (média dos 4 primeiros anos da série), ao final do período esta participação é de 83,68%; vale dizer: estatisticamente a variação é insignificante, e a concentração continua elevada. Nos termos que vimos usando neste texto: o espraçamento evidenciado na produção vitícola não tem a mesma expressão na produção vinícola.

Este “não espraçamento” pode estar sendo influenciado pelo movimento de modernização da produção vinícola-industrial, que está levando à diminuição do número de vinícolas em algumas regiões. É o que nos mostra o Quadro 7. Tal como se pode observar no mesmo, o número de vinícolas diminuiu entre 2006 e 2019 no Rio Grande do Sul. É interessante perceber que, nos últimos anos, houve uma discreta inflexão desta tendência. O menor número de vinícolas operantes encontra-se em 2016, ano da grande crise, em que restaram 193 vinícolas operantes. Desde então, a RAIS registra a

emergência de 19 novas vinícolas, 8,96% do número existente em 2016. Mas também é notável que das 19 novas vinícolas abertas desde 2016, 13 estejam sediadas na Serra. O que confirma nossa leitura de que a dinâmica do processamento industrial **vinícola** não parece acompanhar o espraio da produção **vitícola**.

Quadro 7 - Evolução do Número de Vinícolas entre 2006 e 2019 no RS e nos Coredes

Território	NÚMERO DE VINÍCOLAS EM 31/12 DE CADA ANO														
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Correl
RIO GRANDE DO SUL	236	230	211	217	216	212	211	204	206	198	193	194	198	212	-0,804
Serra	202	194	172	178	177	171	171	163	165	157	154	154	158	167	-0,845
Hortênsias	2	2	2	3	2	2	2	2	3	3	3	4	4	4	0,824
Campos de Cima da Serra	3	2	3	4	3	3	3	3	3	3	3	3	2	4	0,099
Campanha	1	1	2	2	2	2	4	4	3	4	3	4	3	4	0,811
Vale do Taquari	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0,137
Sul	1	1	1	0	1	2	2	3	2	2	2	1	1	3	0,497
Fronteira Oeste	6	5	3	5	5	5	4	5	5	5	5	5	4	3	-0,339
Central	2	2	2	2	3	3	2	3	3	3	3	2	3	3	0,573
Norte	3	3	2	1	2	2	2	0	2	2	2	2	2	3	-0,070
Rio da Várzea	0	0	1	1	3	4	4	4	3	3	3	4	4	3	0,742
Vale do Rio Pardo	3	3	3	2	2	1	2	2	1	1	1	1	2	2	-0,645
Vale do Jaguarí	4	4	4	4	4	4	3	3	2	2	2	2	3	2	-0,852
Médio Alto Uruguai	1	1	1	0	0	0	0	2	3	3	2	2	2	2	0,620
Centro Sul	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	1	1	0,405
Paranhana Encosta da Serra	1	2	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	1	-0,203
Vale do Caí	0	0	0	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	0,654
Metropolitano Delta do Jacuí	0	1	1	2	2	2	3	1	1	1	1	1	1	1	-0,051
Fronteira Noroeste	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	-0,392
Missões	1	1	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	-0,462
Celeiro	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0,034
Alto Jacuí	1	2	2	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	1	0,151
Produção	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0,172
Vale do Rio dos Sinos	0	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	-0,647
Litoral	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Noroeste Colonial	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-0,365
Jacui Centro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Nordeste	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	0	-0,667
Alto da Serra do Botucará	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

FDB: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – TEM

De outro lado, se adotamos uma perspectiva rigorosamente de longo prazo, é possível notar a emergência de novos centros de processamento vinícola. Mais uma vez a Campanha é destaque. Ao longo do período, passou de uma vinícola cadastrada na RAIS para quatro estabelecimentos. E mais uma vez, a Fronteira Oeste é a região com pior desempenho no quesito entre as grandes regiões vitícolas: das 6 vinícolas existentes em 2006 só restam 3 em 2019.

Uma outra região que desponta é Hortênsias. Sua crescente participação já aparecia nos Quadros anteriores, com destaque para o Quadro 5, onde foi detectado um



crescimento do Valor Bruto da Produção vitícola de 138,91%. Não obstante, deixamos para o fechamento de nosso trabalho as considerações sobre esta região por um motivo muito particular. **A despeito de sua proximidade com a Serra, o desenvolvimento da vitivinicultura das Hortênsias não pode ser pensado como um mero “transbordamento” do principal núcleo vitivinícola do Rio Grande do Sul.** Do nosso ponto de vista, ele é, antes, um desdobramento da indústria turística do território, que alcançou desenvolver uma gastronomia particular que é um dos sustentáculos do próprio turismo. A vitivinicultura das Hortênsias vem a se somar aos famosos Chocolates de Gramado e aos restaurantes italianos e alemães como mais um atrativo regional. Esta indústria, contudo, quando comparada à vitivinicultura serrana é imberbe e ainda tem muito para se desenvolver. Igualmente bem, diante da indústria turística das Hortênsias, o turismo serrano é relativamente imaturo. O casamento das duas indústrias através do desenvolvimento do enoturismo e da enogastronomia apresenta um enorme potencial para a alavancagem do desenvolvimento regional e o espraio da vitivinicultura no território gaúcho. Este tema, contudo, terá que ser desenvolvido em outro produto. Até porque, o pleno desenvolvimento do tema, pressupõe a disponibilidade de dados e informações de que ainda não dispomos.

## 5 Considerações Finais

Ao longo deste trabalho, procuramos demonstrar o crescente espraio do Complexo Agroindustrial e de Serviços da Uva e do Vinho no Rio Grande do Sul, focando na produção vitícola e no processamento industrial de vinho. Simultaneamente, buscamos identificar o perfil das distintas regiões vitivinícolas do Estado e avaliar as tendências manifestas de desenvolvimento das mesmas. Acreditamos haver demonstrado que o processo de espraio é contínuo, real e significativo, a despeito da sustentação da Serra como principal núcleo vitivinícola do Estado. O aprofundamento deste estudo – com a mensuração da contribuição do CASUV-RS para o PIB estadual – ainda depende de aprofundamento na avaliação da rede de **serviços** em torno da produção vitivinícola, bem como da produção de insumos industriais para a mesma. Como já salientamos diversas vezes, o adequado cumprimento desta tarefa exige a ampliação e qualificação do nosso banco de dados. Na impossibilidade de ampliar esta base, teremos de trabalhar

fundamentalmente com entrevistas e amostras não representativas, que terão de ser objeto de análise qualitativa, o que ampliaria a margem de erro dos resultados produzidos.

Dito isto, passamos à apresentação do material que estamos disponibilizando nos Anexos Estatístico e Cartográfico.

No primeiro anexo, o Estatístico, disponibilizamos inicialmente, os sete quadros que estão contidos neste texto sob a forma de figura. Cada um deles está acessível em distintas planilhas Excel, numeradas de acordo com a introdução no texto acima. Na sequência, disponibilizamos um conjunto de 14 Quadros aos quais eventualmente nos referimos no texto, mas que não foram introduzidos diretamente no mesmo.

No Quadro Extra 1, estão registradas as principais cultivares exploradas nos distintos Coredes de acordo com o volume de produção (e a participação no total produzido no território), a área plantada e a produtividade. O Quadro Extra 2, amplia e determina o anterior, apresentando os mesmos dados por: 1) Mesorregião do IBGE; 2) Microrregião do IBGE; e 3) por Município do Estado.

O Quadro Extra 3 e o Quadro Extra 4 são “irmãos siameses”. O primeiro apresenta a quantidade produzidas (em toneladas) de uvas de cultivares *vitis vinífera* para o conjunto do RS e para cada um dos Coredes em cada um dos anos entre 1995 e 2015. O Quadro Extra 4 apresenta os mesmos dados para Híbridas e Americanas.

Os Quadros Extra 5, 6 e 7 fazem parte da pesquisa em torno das diferenças e convergências informacionais do Cadastro Vitícola e da PAM. No primeiro deles, exploramos as diferenças nas informações sobre quantidade produzida pelas duas bases em 2015. Ele é a base do Quadro 2, do texto, mas aqui ele está disponibilizado em fórmulas e os cálculos podem ser objeto de conferência e fiscalização com as informações que vêm na sequência. No Quadro Extra 6 disponibilizamos a diferença nas estimativas de produção do Cadastro e da PAM para todos os anos da série por Corede. No sétimo este mesmo resultado é disponibilizado por município.

O Quadro Extra 8 é um dos mais importantes deste trabalho. Nele estão listados os municípios em ordem decrescente de contribuição para o VBP da vitivinicultura nos anos de 1995, 2000, 2006, 2010, 2014 e 2019. Eles complementam os mapas 4, 5, 6, 7, 8 e 9 apresentados na sub-seção 3.2 do trabalho e que, do nosso ponto de vista, são a grande comprovação do processo de espraio do CASUV-RS ao longo do século XXI.

Os Quadros-Extra 9 e 10 trazem informações sobre a evolução do emprego mês a mês nas indústrias vinícolas cadastradas no Ministério do Trabalho e Emprego. No primeiro deles, os dados estão disponibilizados por município, e, no segundo, por Corede. O objetivo destes dois quadros foi o de testar a sazonalidade do emprego no processamento vinícola. Identificamos uma sazonalidade não desprezível, mas inferior àquela que esperávamos. Uma vez que, até aqui, operamos tão somente com dados institucionais de emprego formal, decidimos adiar a análise detalhada destas informações para adiante. Aqueles que se interessarem por avaliar este material, poderão perceber que a sazonalidade do emprego em vinícolas tende a ser tanto maior quanto menor o estabelecimento. Assim é que ela se mostra particularmente elevada nos Coredes Médio Alto Uruguai e Hortênsias e mínima nos Campos de Cima da Serra. A exceção à regra é a Fronteira Oeste, que conta com vinícolas de maior porte e grande sazonalidade.

Os Quadros Extra 13.1; 13.2 e 13.3 são desdobramentos e detalhamentos do Quadro 4 apresentado no texto, no qual fazemos a comparação dos resultados quantitativos da PAM e do Cadastro Vitícola ao longo do tempo. A novidade é que, nestes quadros, há informações não só sobre Coredes, mas sobre municípios. Também realizamos e disponibilizamos um amplo conjunto de testes sobre variância, desvio-padrão e coeficiente de variação dos valores absolutos e das taxas de crescimento anual da produção de acordo com as duas bases.

O segundo anexo, Cartográfico e Gráficos, é composto de todos os mapas e gráficos que compõem o segundo produto e outros gráficos e mapas que denominamos “Extras”. O primeiro gráfico extra é um conjunto de gráficos referentes a evolução das diferenças de quantidade produzida do Cadastro e da PAM ao longo do tempo em cada Corede separadamente. O segundo gráfico extra mostra a evolução da dinâmica do saldo (admissões menos desligamentos) registados no CAGED a cada mês, usou-se para comparar essa dinâmica os Coredes Serra e Fronteira Oeste junto com o próprio estado.

Os mapas extras 1 ao 4 tratam do emprego formal e do número de estabelecimentos na Fabricação de Vinho, segundo os dados da RAIS. Vale notar que para os mapas de empregados foi feita uma média entre os anos de 2012 e 2019, enquanto para medir o número de estabelecimentos optou-se somente por pegar o ano de 2019, devido a maior estabilidade dos dados de estabelecimentos em relação ao de emprego.

Os mapas extras 5 e 6 refletem a discriminação da quantidade produzida de uva com destino a mesa e processamento, segundo o Censo Agropecuário de 2017. Os mapas 7 e 8 mostram a especialização da área plantada com destino a mesa e processamento (suco ou vinho), segundo a distinção feita pelo Censo Agropecuário de 2017, para medir a especialização foi adotado o indicador de Quociente Locacional (QL). O QL é a relação (divisão) da participação que cada município plantou de uva na sua área total dos estabelecimentos agrícolas pela mesma participação que o RS destina. Um exemplo pode deixar mais claro o cálculo deste indicador, suponha que um município dedique 200 hectares da sua área total de 2.000 hectares para plantação de uva de mesa, isto resulta em 10%, enquanto o estado como um todo dedique apenas 2% de sua área total pra plantação de uva de mesa, o QL será 10% dividido por 2%, resultando em um QL igual a 5, isto significa dizer que o município dedica 5 vezes mais da sua área total para plantação de uva de mesa.

Os mapas extras 9 e 10 são QLs baseados na estimativa da área plantada da PAM usando como referência o percentual da área plantada discriminada no Censo de 2017. Já os mapas extras 11, 12 e 13 são QL da área plantada na viticultura sem distinção do seu destino (mesa ou processamento).

Já os mapas extras 14 e 15 são relacionados aos Coredes, eles mostram a diferença entre a média da área ou da quantidade produzida entre 1995 e 2001 em relação a média entre 2006 e 2019, ou seja, valores negativos refletem que houve uma queda na produção média.

## 6 BIBLIOGRAFIA

- EMBRAPA. **Cadastro vitícola do Rio Grande do Sul: 2013 a 2015** (2017). Editores Técnicos: Loiva M. R. Mello e Carlos A. E. Machado. – Brasília, DF.
- IBGE. **Censo Agropecuário** (2006). Tabela 1689. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário-agropecuário-2006/segunda-apuração> - acesso em 21.02.2021.
- IBGE. **Censo Agropecuário** (2017). Tabela 6955. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário-agropecuário2017>
- IBGE. **Pesquisa Agrícola Municipal** (2019). Tabela 1613. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1613>
- INCRA. *Nota Técnica 360/2021 Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental Nº 769 (Relacionado à Reforma Agrária) - PROCESSO Nº 54000.121977/2020-41*. Sistema Eletrônico de Informação (SEI), Brasília: DF, 2021.
- INTERNATIONAL ORGANISATION OF VINE AND WINE (OIV). **Statistics** (2018). Site: <https://www.oiv.int/en/statistiques/recherche?year=2016&countryCode=oiv>
- MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS (MDIC). **Comex Stat** (2020). Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>
- MTE. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)** (2019). Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>
- SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Produção de uvas e produtos vitícolas elaboradas na safra 2019 – Resumo Geral*. Departamento de Defesa Agropecuária – Divisão de Produtos de Origem Vegetal (2020) Disp. em <https://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/202007/08133156-sisdevin-dados-da-safra-2020.pdf>

## NOTAS DE FIM DE PÁGINA

<sup>1</sup> O processamento industrial volta-se à produção de vinhos, sucos, geleias ou outros derivados da uva. Este processamento realiza-se, como regra geral, em estabelecimentos que recebem o nome de **vinícolas**, independentemente do produto ser vinho, suco ou outro derivado. Neste sentido, seguindo a tradição e a nomenclatura usual, vamos nos referir à produção vitivinícola como a produção do complexo uva e à produção vinícola como produção de derivados de uva em geral.

<sup>2</sup> Encaminhamos formalmente um pedido de informações ao MAPA através da LAI (Lei de Acesso à Informação). O retorno recebido foi o seguinte:

Prezado (a) Senhor (a),

Com o cordial cumprimento, ao passo em que agradecemos pelo contato realizado, encaminhamos resposta ao seu requerimento, conforme a seguir:

“A respeito da solicitação sobre produção de uvas e de vinho que estariam presente no Cadastro Vitivinífero do MAPA, informamos que o sistema construído para esse fim ainda se encontra em fase de elaboração e de preenchimento dos dados solicitados pelos estabelecimentos produtores de uva e de vinho, então até presente momento não é possível disponibilizar estes dados.

Atenciosamente,

Chefe de Serviço Substituto na Coordenação de Regulamentação de Vinhos e Bebidas”

**Cabe observar que, no pedido enviado, havia sido explicitado que, caso qualquer dado demandado ainda não se encontrasse sistematizado, solicitávamos o envio de qualquer informação dentre as demandadas. De nada adiantou.**

<sup>3</sup> No que diz respeito a este Banco, não chegamos a ingressar com pedido de Acesso à Informação pela LAI. Buscamos informações diretamente na rede, pela internet, bem como junto a produtores e técnicos do Consevitis que – acreditávamos – teriam pleno acesso ao referido banco. Infelizmente, os retornos foram parciais e se restringiram quase que integralmente ao material já disponível na rede. A maior deficiência deste material é que ele só traz informações **agregadas** para o conjunto do Rio Grande do Sul. O que o torna praticamente inutilizável para o esforço de **espacialização** da produção, que é o objetivo deste segundo produto e um dos objetivos centrais da pesquisa em curso.

<sup>4</sup> Segundo informações oficiais do próprio Incra: “Atualmente, por meio do Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF, que é uma ferramenta eletrônica desenvolvida pelo Incra para subsidiar a governança fundiária do território nacional, é possível assegurar que **o Brasil, por meio do Incra, conhece a destinação, localização e uso de cerca de 94,6% do seu território nacional**. O SIGEF, administrado pelo Incra, realiza o recebimento, validação e certificação das informações dos limites de imóveis rurais, públicos e privados, georreferenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, com uma precisão posicional de até 0,5m.”

<sup>5</sup> Se nos permitem um questionamento e uma reflexão, acreditamos que cabe perguntar qual o sentido de se coletar e sistematizar informações sobre atividades e cadeias produtivas e impedir que os órgãos de governança, planejamento e solidarização produtiva das mesmas tenham acesso a estas informações vitais para o aprofundamento do conhecimento que têm de si? Mais que solicitar, parece-nos que cabe **exigir** a publicidade (senão de todos, pelo menos da maior parte) destes dados. E isto não apenas para a qualificar os resultados desta consultoria. Trata-se, do nosso ponto de vista, de uma demanda e luta maior: a luta por colocar o Poder Público a serviço do Público, a serviço da Sociedade.

<sup>6</sup> Já na *Apresentação* do trabalho, Mauro Zanús e Carlos Paviani (então, respectivamente, Chefe-Geral da Embrapa Uva e Vinho e Diretor-Executivo do Ibravin) afirmam: “Uma estratégia como o Cadastro Vitícola do Rio Grande do Sul, que abrange informações **da matéria-prima para a produção de sucos, vinhos e derivados**, envolvendo a obtenção e a gestão dos dados de forma organizada, não é trivial, pontual ou de curta duração .... Por envolver **todos** os produtores que comercializam uva para a indústria e uma **boa parte** da produção de uvas de mesa do Estado, é a fonte de informação mais importante para avaliar a dinâmica da produção vitícola do Rio Grande do Sul, que responde pela maior parte da uva destinada ao processamento no Brasil.” (Embrapa, 2017; os destaques no texto são nossos).

<sup>7</sup> Vale observar que esta ausência resulta, em parte, do próprio rigor com que os dados do Cadastro são levantados e sistematizados. A inclusão de informações sobre valor envolveria uma pesquisa totalmente distinta da que gerou sua produção. Afinal, a **estrutura** da produção vitícola (área plantada, cepa/cultivar, área do estabelecimento) é estável. Os preços dos produtos e o valor das vendas flutuam ao longo do tempo e são altamente diversificados no espaço.

<sup>8</sup> Como regra geral, a informação só é disponibilizada quando há pelo menos 4 informantes dedicados a uma mesma atividade. Não obstante, tendo em vista o fato de que a produção agropecuária admite mais de uma especialização/dedicação produtiva, podem ocorrer omissões de informação mesmo quando o número de estabelecimentos dedicados à viticultura é maior do que 4, mas os produtores também se dedicam a outras atividades comerciais com um número menor de concorrentes.

<sup>9</sup> De acordo com o SISDEVIN/SDA/RS - que registra exclusivamente o volume de uvas adquirido pelas vinícolas e processadoras de suco e derivados – a produção vitícola industrial do RS evolui, nos anos referidos, da seguinte forma: 2015: 702.271 ton.; 2016: 300.299 ton.; 2017: 752.495 ton.; 2018: 664.205 ton.; 2019: 614.279 ton. Destaque-se que o *Informativo sobre Produção de uvas e produtos vitícolas elaboradas na safra 2019 – Resumo Geral* se encerra com a seguinte observação: “todas as informações contidas nas tabelas acima são auto declaratórias, **sob responsabilidade dos estabelecimentos vinícolas**, registrados no Ministério da Agricultura e cadastrados no SISDEVIN. (SDA-RS, 2020). De acordo com a PAM-IBGE os valores para os mesmos anos foram superiores, mas convergentes em termos de tendência: 2015: 876.215 (15,56% acima superior à avaliação do SISDEVIN); 2016: 413.735 (37,77% superior); 2017: 956.887 (27,16% superior); 2018: 823.698 (24,01% superior); 2019: 667.018 (8,59% superior).



<sup>10</sup> O Vale do Rio Pardo é um Corede muito particular, e os indicadores a ele referidos devem ser analisados de forma diferenciada. A heterogeneidade interna a esta região é excepcional. Ele se encontra no centro do Estado e congrega municípios típicos da “Metade Norte” e da “Metade Sul” do Rio Grande do Sul. Os municípios situados no extremo norte do Corede, na divisa com o Vale do Taquari, Alto da Serra do Botucará e Alto Jacuí, encontram-se na encosta da serra e do planalto e se caracterizam por terrenos dobrados, de elevada declividade, e baixa concentração fundiária. No centro do Corede, entre Santa Cruz do Sul e Pantano Grande, está a depressão central do Estado: os terrenos são planos e a estrutura fundiária é heterogênea, com a emergência de grandes propriedades. No extremo sul do Corede está o município de Encruzilhada do Sul, situado na Serra do Sudeste e caracterizado por uma estrutura fundiária muito concentrada e por um microclima particularmente afeito à produção vitícola. A viticultura de Encruzilhada do Sul é muito peculiar e é completamente distinta daquela que emerge em Sobradinho, Ibarama ou Arroio do Tigre, na porção norte da “mesma” Região-Corede.

<sup>11</sup> A este respeito, veja-se <https://www.paginarural.com.br/noticia/223942/em-tucunduva-coopervino-inaugura-agroindustria-de-vinhos-e-sucos>. Sobre o grau de consolidação da produção vitícola no território antes mesmo da criação da Cooperativa veja-se <http://wp.clicrbs.com.br/noroestemissoes/tag/uva/>. A despeito de ter uma tradição menor, a produção vitícola do Corede Celeiro (em especial, de Crissiumal, Três Passos, Tenente Portela e Derrubadas) se beneficia da proximidade com a Fronteira Noroeste e alavanca a produção vitícola do território como noroeste como um todo.

<sup>12</sup> Casca é, inclusive, sede de duas vinícolas, a Vinhos Rossetto e a tradicional Vinícola Don Abel. A respeito desta última veja-se <https://www.donabel.com.br/index.php>.

<sup>13</sup> A vinícola de Itatiba do Sul – Vinhedos Soliman – é de padrão “boutique”, tal como pode-se averiguar em seu site <https://www.vinhedosoliman.com.br/>.

<sup>14</sup> A medida de Correlação de Pearson é um teste estatístico que mede a relação entre duas medidas quantitativas. A Correlação pode variar de -1 a 1, uma correlação negativa significa que quanto maior o valor da variável X menor será o valor da variável Y, por outro lado, quando a correlação é positiva significa que quanto maior o valor da variável X maior será o valor da variável Y. Valores próximo de zero indicam que não há relação entre as variáveis.

<sup>15</sup> Se voltarmos ao Quadro 2 veremos que, nas duas últimas linhas, também calculamos a correlação entre quantidade e área do Cadastro com a PAM. E também lá as correlações foram muito amplas e significativas. Mas, no caso da relação entre PAM e Cadastro, manifestou-se uma discreta diferença quando excluíamos a Serra da amostra. Como a Serra é a região que concentra a maior parte da produção, sua exclusão tem um peso maior. No caso da correlação entre Censo e PAM, a exclusão da Serra não trouxe praticamente qualquer alteração ao valor da correlação. As demais correlações das linhas finais do Quadro 2 estão referidos aos respectivos *rankings* (de quantidade e área das duas bases de dados, respectivamente) e às diferenças de quantidade e área. Mesmo no quesito produtividade (onde as diferenças são um pouco mais expressivas) a correlação mostra-se ampla e significativa. A despeito das divergências de valores absolutos, as duas bases mostram-se essencialmente convergentes na hierarquia relativa das regiões.

<sup>16</sup> Os elementos que nos levaram a esta conclusão serão apresentados na subseção 3.2, adiante.

<sup>17</sup> Importante deixar claro que não se faz aqui qualquer juízo de valor sobre a exatidão maior ou menor das declarações censitárias e/ou encaminhadas ao SISDEVIN. A nós interessa tão somente **avaliar a dimensão real da produção vitivinícola gaúcha**, com vistas a mensurar sua efetiva contribuição ao Produto Interno Bruto e à geração de emprego e renda no Estado. A existência de informalidade e/ou de subestimação nas declarações do sistema não inviabilizam a incorporação dos dados eventualmente não declarado ao cálculo da contribuição global do CASUV-RS. Na realidade, ao contrário do que usualmente se acredita, o cálculo do PIB nacional e regional reconhece a dimensão da informalidade e subdeclaração nos mais diversos setores da economia, e as leva em consideração na construção das Contas Nacionais. Cabe a nós fazer o mesmo.

<sup>18</sup> Há, ainda, outras regiões que apresentam participação elevada na produção para mesa, tais como Vale dos Sinos e Metropolitana Delta do Jacuí. Desconsideramo-las, contudo, tendo em vista a pequena expressão de sua produção absoluta. Há, ainda, o caso da Região Hortênsias, com 24,16% de produção voltada à mesa, de acordo com o Censo de 2017. A despeito desta região apresentar uma produção não desprezível e crescente, não a incluímos na listagem acima por duas razões: 1) a discrepância de informações entre PAM, Censo e Cadastro é relativamente pouco expressiva; 2) o perfil de produção da região vem mudando rapidamente através da crescente integração do sistema turístico de Gramado e Canela com o turismo da Serra, assentado no enoturismo.

<sup>19</sup> Acreditamos que a Vinícola Campestre seja exemplar desta estratégia. A visita ao seu site é esclarecedora. <https://www.vinicolacampestre.com.br/blog/saiba-mais-sobre-a-uva-bordo-e-seus-beneficios/> Igualmente bem veja-se o link para <https://www.vinicolacampestre.com.br/blog/sangiovese/>

<sup>20</sup> A este respeito, recomendamos a visita aos seguintes sites: 1) da Associação Vinhos da Campanha <https://www.vinhosdacampanha.com.br/associacao/>; 2) da Associação Brasileira de Sommeliers: <https://www.abs-sp.com.br/> (com ênfase para o trabalho de André Logaldi, postado em <https://www.abs-sp.com.br/noticias/n142/c/vinhos-do-brasil-parte-ii-serra-do-sudeste>; 3) da Academia do Vinho: [https://www.academiadovinho.com.br/mod\\_regiao.php?reg\\_num=BR01](https://www.academiadovinho.com.br/mod_regiao.php?reg_num=BR01). Além disso, recomendamos a leitura do trabalho de Vanessa Manfio (A Vitivinicultura no Espaço Geográfico do Rio Grande do Sul, Brasil), disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/43390>.

<sup>21</sup> Veja-se <https://www.lidiocarraro.com/br>

<sup>22</sup> O coeficiente de variação é calculado pela divisão do desvio-padrão pela média.

<sup>23</sup> No Terceiro e no Quarto Produtos, voltados ao cálculo da contribuição do CASUV-RS no PIB estadual, refinaremos esta análise através da utilização de diversos indexadores.

<sup>24</sup> Se tomarmos como referência a média dos sete anos iniciais e dos sete anos finais, é **como se** estivéssemos operando com uma série menor, de 1998 a 2016. Os dados finais, contudo, **não são** os dados destes dois anos (o que geraria erro, dado que 2016 foi um ano extremamente problemático para o setor); 1998 e 2016 são apenas os anos **médios** do conjunto de anos das duas referências.

---

<sup>25</sup> Há pouco, informamos que a quantidade produzida teria crescido 106,27% segundo a PAM, entre os anos de 1995/98 e os anos 2012/15. A informação de que a variação foi de 70,01% tomando por referência um período mais largo (até 2019) não pode deixar de surpreender. Mas ambas estão rigorosamente corretas. Ocorre que a **média** da quantidade produzida nos anos mais recentes foi fortemente afetada pela quebra de safra em 2016 e pela queda na produção em 2019. Por isto mesmo, ampliamos o período de 4 para 7 anos para calcular a base (ponto de partida) e o topo (ponto de chegada). Se tomássemos o mesmo número de anos, estaríamos subestimando ainda mais o crescimento da produção do RS e sobrevalorizando informações de anos excepcionais e não representativos.

<sup>26</sup>Na análise da variação do VBP por município evidencia-se que os municípios responsáveis pelo crescimento do VBP dos Coredes referidos acima são Encruzilhada do Sul (do Rio Pardo), Dom Feliciano (Centro-Sul) e Pinheiro Machado e Piratini (Sul).